

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

43441520

4344-C1 31dez02.xls

4344-C1 31dez02.doc

Centrais Eléctricas do Pará S.A. - CELPA

*Demonstrações Contábeis
Referentes aos Exercícios Findos
em 31 de Dezembro de 2002 e de 2001 e
Parecer dos Auditores Independentes*

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos
Acionistas e Administradores da
Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA
Belém - PA

1. Examinamos os balanços patrimoniais da Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA, levantados em 31 de dezembro de 2002 e de 2001, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.
2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas brasileiras de auditoria e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume das transações e o sistema contábil e de controles internos da Companhia; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da Companhia, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.
3. Conforme mencionado na nota explicativa nº. 14 às demonstrações contábeis, a Companhia, exercendo permissão contida nas Deliberações CVM nº.s 404 e 409, de 27 de setembro e de 1º. de novembro de 2001, respectivamente, registrou em conta do ativo diferido, o resultado da perda cambial apurada no exercício findo em 31 de dezembro de 2001. As práticas contábeis adotadas no Brasil requerem que as variações cambiais sejam registradas no resultado do exercício em que ocorrerem. Conseqüentemente, em 31 de dezembro de 2002, o ativo diferido está aumentado em R\$ 8.721 mil (R\$ 22.190 mil em 31 de dezembro de 2001), o patrimônio líquido e o prejuízo líquido do exercício findo naquela data estão aumentados, respectivamente, em R\$ 5.756 mil R\$ 8.890 mil, líquidos dos efeitos tributários (em 31 de dezembro de 2001 o patrimônio líquido e o lucro líquido do exercício estão aumentados em R\$ 14.645 mil, líquidos dos efeitos tributários). O prejuízo por lote de mil ações referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2002 está aumentado em R\$ 0,14 (em 2001, o lucro por lote de mil ações está aumentado em R\$ 0,23).
4. Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos do assunto mencionado no parágrafo 3, as demonstrações contábeis referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA em 31 de dezembro de 2002 e de 2001, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

5. Conforme detalhado nas notas explicativas n.ºs 6 e 15 às demonstrações contábeis, em 31 de dezembro de 2002, a Companhia têm registrado no ativo o montante de R\$ 26.433 mil, sendo R\$ 22.851 mil no ativo circulante, R\$ 3.582 mil no realizável a longo prazo e no passivo circulante, valores a pagar no montante de R\$ 19 mil, relativos às transações de venda e compra de energia realizada no âmbito do Mercado Atacadista de Energia Elétrica - MAE, com base em cálculos preparados e divulgados pelo MAE. Esses valores podem estar sujeitos a modificações dependendo de decisão de processos judiciais em andamento movido por empresas do setor, relativos a interpretação das regras do mercado em vigor.

A liquidação financeira desses valores, programada para 22 de novembro de 2002, foi postergada em razão de novo acordo entre as empresas do setor e o governo. Após 31 de dezembro e até a data deste parecer, a Companhia recebeu aproximadamente R\$ 8.814 mil. O sucesso dessa negociação e liquidação depende da capacidade financeira das empresas do setor em honrar seus compromissos.

6. Em 21 de dezembro de 2001, foi editada a Medida Provisória n.º. 14, convertida na Lei n.º. 10.438, de 26 de abril de 2002, disciplinando, entre outros assuntos, a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro das empresas distribuidoras de energia elétrica, garantido nos contratos de concessão. As informações detalhadas e os impactos sobre a situação patrimonial e financeira e no resultado das operações relativos ao Acordo Geral do Setor Elétrico estão divulgados na nota explicativa n.º. 28 às demonstrações contábeis.

São Paulo, 25 de março de 2003

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC n.º. 2 SP 011609/O-8 S-PA

Iara Pasian
Contadora
CRC n.º. 1 SP 121517/S-PA

CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ S.A. - CELPA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2002 E DE 2001 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando outro indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Centrais Elétricas do Pará S.A. - Celpa (Companhia ou Celpa) é uma sociedade anônima de capital aberto, sob o controle acionário da empresa QMRA Participações S.A., que atua na área de distribuição e geração de energia elétrica na área de sua concessão legal que abrange todo o Estado do Pará com 1.253.164 km² (*), atendendo aproximadamente 1.124.084 (*) consumidores em 143 (*) municípios; tendo suas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel, vinculada ao Ministério de Minas e Energia.

(*) Informações não auditadas

2. DAS CONCESSÕES

Conforme Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica n°. 182/98, assinado em 28/7/1998, o prazo de concessão é de 30 anos, com vencimento em 28/7/2028, renovável por igual período.

Além do contrato de distribuição acima mencionado, a Companhia possui Contrato de Concessão de Geração n°. 181/98 para Central Geradora e instalações de transmissão associadas, bem como para a exploração de geração de energia elétrica, pelo prazo de 30 (trinta) anos, com vencimento em 28/7/2028, renovável por igual período.

Na atividade de geração de energia elétrica da Companhia merecem destaque:

<u>UHE/ Localização</u>	<u>Capacidade instalada MW (*)</u>	<u>Capacidade utilizada MW (*)</u>	<u>Data da concessão</u>	<u>Data de vencimento</u>
Curuá-Una - Rio Curuá-Una	30,30	30,30	28/7/1998	28/7/2028

UTE

Termelétricas mais representativas com capacidade instalada acima de 1 MW:
Santana do Araguaia, Novo Progresso e
Castelo dos Sonhos

18,07	15,35	28/7/1998	28/7/2028
-------	-------	-----------	-----------

A geração própria de energia elétrica da Companhia representa aproximadamente 11,24%, (*) da energia distribuída, sendo a parcela remanescente fornecida substancialmente pela Eletronorte.

Para a prestação dos serviços, objeto das concessões acima mencionadas, a Companhia possui, um quadro próprio de 2.422 (*) funcionários e aproximadamente 1.716 (*) prestadores de serviços em 31 de dezembro de 2002.

(*) Informações não auditadas.

3. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis estabelecidas pela Lei das Sociedades Anônimas (Leis nº. 6.404/76 e 9.457/97), disposições complementares da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e normas aplicáveis às empresas concessionárias do serviço público de energia elétrica, estabelecidas pelo Poder Concedente (Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel). Algumas informações adicionais estão sendo apresentadas em notas explicativas e quadros suplementares em atendimento às instruções contidas no Ofício Circular nº. 155/2003-SFF/Aneel, consoante as principais práticas contábeis a seguir descritas.

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

a) Práticas contábeis específicas do setor:

Imobilizado - em virtude do disposto nas Instruções Gerais nº.s 35 e 36, do Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica, os juros, demais encargos financeiros e efeitos inflacionários, relativos aos financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados no imobilizado em curso, estão registrados nesse subgrupo como custo. O mesmo procedimento foi adotado para os juros sobre o capital próprio que financiou as obras em andamento, conforme previsto na legislação específica do serviço público de energia elétrica.

Custos indiretos de obras em andamento - parte dos gastos da administração central é apropriada às imobilizações em curso. Essa apropriação é feita mensalmente e está limitada até 10% dos gastos diretos com pessoal e mão-de-obra de terceiros, apropriados às obras em curso.

Obrigações especiais vinculadas à concessão - estão representadas pelos valores nominais recebidos de consumidores e do Governo Federal para realização de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica. Essa conta está apresentada, como redutora do ativo imobilizado.

Despesas pagas antecipadamente - referem-se principalmente aos custos incluídos na Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A - CVA e respectivos encargos que são apropriados ao resultado à medida que a receita correspondente é faturada aos consumidores, conforme determinado na Portaria Interministerial nº. 296, de 25 de outubro de 2001, e resoluções complementares da Aneel.

Registro das operações de compra e venda de energia no Mercado Atacadista de Energia - MAE - as compras (custo de energia comprada) e as vendas (receita de suprimento) são registradas pelo regime de competência de acordo com as informações divulgadas pelo Mercado Atacadista de Energia - MAE, entidade responsável pela apuração das operações de compra e venda de energia realizadas no âmbito do MAE. Nos meses em que essas informações não são disponibilizadas em tempo hábil pelo MAE, os valores são estimados pela Administração da Companhia, utilizando-se de certas informações disponíveis no mercado.

b) Práticas contábeis gerais:

Aplicações no mercado aberto e títulos e valores mobiliários - são registradas ao valor de custo, acrescido dos respectivos rendimentos auferidos até a data do balanço.

Consumidores - incluem o fornecimento de energia elétrica faturado aos consumidores e a receita relativa a energia fornecida e não faturada até a data do balanço.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa - está constituída por montante considerado suficiente pela administração da Companhia para cobrir as possíveis perdas que possam ocorrer na realização de créditos.

Estoque - inclui os materiais em estoque destinados à manutenção das atividades do serviço público de energia elétrica, os quais estão avaliados pelo custo médio de aquisição.

Depósitos judiciais, cauções e depósitos vinculados - estão registrados pelo valor original do depósito, acrescido das variações monetárias.

Investimentos - o investimento relevante em coligada é avaliado pelo método da equivalência patrimonial. Os demais investimentos são demonstrados ao custo de aquisição corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995.

Imobilizado - está registrado ao custo de aquisição ou construção, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995 e reavaliado em agosto de 2001, sendo que a referida reavaliação não foi efetuada para os grupos de automóveis, caminhões e móveis e utensílios. A depreciação dos bens reavaliados é calculada pelo método linear, às taxas anuais que variam entre 0,27% e 11,11% para geração; entre 0,05% e 11% para distribuição; e entre 0,04% e 16,67% para administração. Para os bens não reavaliados e aqueles adquiridos após 31 de agosto de 2001, data da reavaliação, a depreciação é calculada pelo método linear às taxas anuais que variam entre 2% e 20% para geração; entre 2% e 20% para distribuição; e entre 4% e 20% para administração.

Empréstimos e financiamentos - estão atualizados pela variação monetária e/ou cambial, juros e encargos financeiros, determinados em cada contrato, incorridos até a data do balanço. Esses ajustes são apropriados ao resultado do período em despesas financeiras, exceto pela parte apropriada ao custo do ativo imobilizado em curso.

Provisão para passivos contingentes - está constituída com base na avaliação de risco de perda sobre ações em processo, embasada em relatórios preparados pelos consultores jurídicos da Companhia.

Contratos de arrendamento mercantil - as operações decorrentes de contratos de arrendamento mercantil, com características de leasing financeiro, não são registradas como se fossem uma compra financiada. O valor das contraprestações, excluindo o montante da antecipação do valor residual, se houver, é apropriado ao resultado do exercício, em despesas de arrendamento, em função da fluência do prazo contratual. O valor residual antecipado, se houver, é registrado no ativo imobilizado à medida que forem efetuados os pagamentos.

Imposto de renda e contribuição social - a provisão para o imposto de renda e contribuição social é calculada com base no lucro tributável e na base de cálculo da contribuição social, de acordo com as alíquotas vigentes na data do balanço. Sobre as diferenças temporárias, o prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social são constituídos impostos diferidos, de acordo com as respectivas alíquotas vigentes na data do balanço. Os prejuízos fiscais e a base negativa da contribuição social podem ser compensados anualmente, observando-se o limite de até 30% do lucro tributável para o exercício.

Reserva de reavaliação - é realizada proporcionalmente à depreciação e alienação dos ativos imobilizados reavaliados, sendo transferida para a conta de lucros acumulados, líquida dos efeitos do imposto de renda e da contribuição social.

Plano de suplementação de aposentadoria e pensão - os custos, as contribuições e o passivo atuarial são determinados, na data do balanço, por atuários independentes. A partir de 31 de dezembro de 2001, esses valores são apurados e registrados de acordo com a Deliberação CVM nº. 371.

Diferimento de variação cambial - em conformidade com o disposto nas Deliberações CVM nº.s 404 e 409, de 27/9/01 e 1/11/01, respectivamente, a Companhia, a partir de 1/1/01, reconheceu no ativo diferido o resultado líquido da variação cambial (despesa) decorrente do ajuste dos valores em reais de ativos e passivos contratados em moeda estrangeira, em virtude de variação nas taxas de câmbio ocorrida no exercício (vide nota explicativa nº. 14. A amortização será efetuada em até 4 (quatro) anos ou pela efetiva realização do ativo ou passivo que originou a variação cambial.

Lucro (prejuízo) e valor patrimonial por ação - são calculados com base no número de ações representativas do capital social integralizado existente na data do balanço.

c) Reclassificação

Foram efetuadas reclassificações nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2001, para se adequar à apresentação do exercício findo em 31 de dezembro de 2002, que incorpora alterações efetuadas no novo Plano de Contas da Aneel.

5. APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO

<u>Instituição financeira</u>	<u>Tipo de aplicação</u>	<u>2002</u> <u>R\$</u>	<u>2001</u> <u>R\$</u>
ABC	Fundo Ability FIF	7.858	15.598
BBA	CDB Pós	-	26.583
Total		<u>7.858</u>	<u>42.181</u>

6. CONSUMIDORES

a) Composição

	<u>2002</u>	<u>2001</u>
	<u>R\$</u>	<u>R\$</u>
Consumidores:		
Faturados	138.990	131.618
Não faturados	<u>33.992</u>	<u>25.409</u>
Total	<u>172.982</u>	<u>157.027</u>

Classe de consumidores	Saldos vincendos <u>R\$</u>	Saldos vencidos		Total <u>R\$</u>	Total	
		até 90 dias <u>R\$</u>	mais de 90 dias <u>R\$</u>		<u>2002</u> <u>R\$</u>	<u>2001</u> <u>R\$</u>
<u>Curto prazo:</u>						
Residencial	36.200	15.966	4.822	20.788	56.988	46.263
Industrial	13.359	3.438	6.538	9.976	23.335	19.181
Comércio, serviços e outras atividades	27.584	7.986	3.966	11.952	39.536	30.229
Rural	894	299	184	483	1.377	1.072
<u>Poder público:</u>						
Federal	854	568	526	1.094	1.948	1.845
Estadual	1.930	2.232	518	2.750	4.680	2.360
Municipal	3.608	2.255	1.894	4.149	7.757	7.920
Iluminação pública	2.372	1.607	3.432	5.039	7.411	5.728
Serviço público	3.357	2.615	1.274	3.889	7.246	10.520
Recomposição de receita (*)	<u>22.704</u>				<u>22.704</u>	<u>31.909</u>
Subtotal - Consumidores	112.862	36.966	23.154	60.120	172.982	157.027
Participação financeira do consumidor	1.034	136	148	284	1.318	1.433
Comercialização no MAE	22.851				22.851	50.536
Programa emergencial de redução do consumo	10.415		232	232	10.647	10.244
Encargos de capacidade emergencial	970	851	233	1.084	2.054	
Energia livre (*)	13.983				13.983	10.126
Concessionárias e permissionárias	30				30	453
Outros	817	<u>767</u>	<u>539</u>	<u>1.306</u>	<u>2.123</u>	<u>2.005</u>
Total	<u>162.962</u>	<u>38.720</u>	<u>24.306</u>	<u>63.026</u>	<u>225.988</u>	<u>231.824</u>
<u>Longo prazo:</u>						
Consumidores	8.154				8.154	
Recomposição de receita (*)	47.816				47.816	95.729
Participação financeira do consumidor	1.649				1.649	1.015
Comercialização no MAE	3.582				3.582	
Energia livre (*)	44.656				44.656	30.417
Programa emergencial de redução do consumo						562
Outros	<u>48</u>				<u>48</u>	
Total	<u>105.905</u>				<u>105.905</u>	<u>127.723</u>

(*) Vide nota explicativa nº. 28.

b) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

	<u>2002</u>	<u>2001</u>
	<u>R\$</u>	<u>R\$</u>
Residencial	4.860	7.730
Industrial	4.518	3.070
Comércio, serviços e outras atividades	2.784	2.443
Rural	139	39
Poder público	1.343	1.676
Iluminação pública	1.337	1.007
Serviço público	992	830
Outras receitas	<u>719</u>	<u>730</u>
Total de consumidores	<u>16.692</u>	<u>17.525</u>

Movimentação:

	<u>R\$</u>
Saldo em 31/12/2001	17.525
Perdas no exercício	(6.718)
Recuperação de perdas	6.573
Reversão	<u>(688)</u>
Saldo em 31/12/2002	<u>16.692</u>

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída considerando os critérios a seguir discriminados:

- Consumidores residenciais vencidos há mais de 90 dias;
- Consumidores comerciais vencidos há mais de 180 dias;
- Consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos e outros, vencidos há mais de 360 dias;

c) Energia no curto prazo

O saldo da conta de consumidores inclui o registro dos valores referentes à comercialização de energia no curto prazo, no montante de R\$ 26.433, relativos ao período de setembro de 2000 a dezembro de 2002, com base em cálculos preparados e divulgados pelo MAE. A liquidação financeira desses valores incluindo os saldos registrados no passivo circulante de R\$ 19 (energia no curto prazo - MAE) - (vide nota explicativa nº.15) estava programada para 22 de novembro de 2002, mas foi postergada em razão de novo acordo realizado entre as empresas do setor e o Governo. De acordo com o estabelecido nesse novo acordo, 50% do saldo líquido a receber deveriam ser liquidados até 31 de dezembro de 2002 e o saldo remanescente será liquidado após a conclusão dos trabalhos de auditoria contratada para essa finalidade, porém as liquidações começaram a ser efetuadas em 2003, conforme mencionado na nota explicativa nº. 37.a.

Os valores da energia no curto prazo e da energia livre estão sujeitos a modificação dependendo de decisão dos processos judiciais em andamento, movido por determinadas empresas do setor, relativos a interpretação das regras do mercado em vigor. Essas empresas, não incluídas na área do racionamento, obtiveram liminar que torna sem efeito o Despacho nº. 288 da Aneel, de 16 de maio de 2002, que teve como objetivo o esclarecimento às empresas do setor sobre o tratamento e a forma de aplicação de determinadas regras de contabilização do MAE, incluídas no Acordo Geral do Setor Elétrico. O pleito dessas empresas envolve a comercialização da cota-parte de Itaipu no submercado Sudeste/Centro-Oeste durante o período de racionamento de 2001 a 2002, quando havia discrepância significativa de preços na energia de curto prazo entre os submercados.

7. DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE

	2002		2001	
	Curto prazo R\$	Longo prazo R\$	Curto prazo R\$	Longo prazo R\$
Contas de compensação de variação de custos da Parcela A - CVA:				
Período de 1/1/2001 a 25/10/2001		2.343		1.943
Período de 26/10/2001 a 6/8/2002	67		39	
Período de 7/8/2002 a 6/8/2003	<u>2.716</u>			
	2.783	2.343	39	1.943
Outros	<u>287</u>		<u>95</u>	
Total	<u>3.070</u>	<u>2.343</u>	<u>134</u>	<u>1.943</u>

Conforme disposições contidas na Medida Provisória nº. 14, de 21 de dezembro de 2001, Portarias Interministeriais nº. 296, de 25 de outubro de 2001, e nº. 25, de 24 de janeiro de 2002, e resoluções complementares da Aneel, a Companhia registrou como despesas antecipadas a variação dos valores de itens denominados de "Parcela A" (custos não gerenciáveis) que serão recuperados através de aumentos tarifários futuros, sendo que a parcela de curto prazo será repassada no próximo reajuste anual de tarifas (agosto de 2003) e a parcela de longo prazo foi incluída na Recomposição Tarifária Extraordinária (vide nota explicativa nº. 28).

8. OUTROS ATIVOS

	Curto prazo		Longo prazo	
	<u>2002</u>	<u>2001</u>	<u>2002</u>	<u>2001</u>
	<u>R\$</u>	<u>R\$</u>	<u>R\$</u>	<u>R\$</u>
Redução de receita - baixa renda (a)		11.462		
Aquisição de combustível p/conta de CCC	3.914	2.729		
Desativações em curso	3.838	948		
Alienações de bens e direitos	1.786	3.404		
Recolhimento a maior de RGR	1.233	2.249		
Rendas a receber	1.123	1.164		
Títulos a receber	599	693		
Títulos e valores mobiliários			1.260	1.260
Tributos e contribuições sociais a compensar			7.257	
Outros créditos a receber	<u>4.945</u>	<u>4.347</u>	<u>1.418</u>	<u>1.478</u>
Total	<u>28.900</u>	<u>15.534</u>	<u>9.935</u>	<u>2.738</u>

- (a) O art. 1º. da Lei nº. 10.438 de 26 de abril de 2002, estabeleceu novos critérios para a classificação das unidades consumidoras na subclasse residencial baixa-renda, com consumo inferior a 80 kwh, e o art. 4º. do Decreto nº. 4.336, de 15 de agosto de 2002, determinou as diretrizes para a faixa de consumo entre 80 e 220 kwh, cuja metodologia de cálculo foi regulamentada pelas Resoluções nº. 246, de 30 de abril de 2002, e nº. 485, de 29 de agosto de 2002, respectivamente. Como consequência da adoção dessa prática, a Companhia registrou em 2002 como receita o montante de R\$ 11.462 decorrente da redução de receita apurada entre o período de maio a dezembro de 2002. Conforme definido no artigo 5º. da Lei 10.604, de 17 de dezembro de 2002, esse montante será liquidado com recursos oriundos da Eletrobrás.

9. TRANSAÇÕES E SALDOS COM EMPRESAS RELACIONADAS

	<u>2002</u>	<u>2001</u>
	<u>R\$</u>	<u>R\$</u>
Transações:		
Receitas financeiras	27.539	16.892
Despesas financeiras	138	1.660
Receita de fornecimento de energia elétrica:		
Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S.A.		1.261
Cia. de Energia Elétrica do Estado do Tocantins - Celtins		5.769
Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. - Cemat		14.632
Cia. Nacional de Energia Elétrica		836
Empresa Elétrica Bragantina S.A.		145
Total	<u>-</u>	<u>22.643</u>

	<u>2002</u>	<u>2001</u>
	<u>R\$</u>	<u>R\$</u>
Saldos ativos:		
Empresas relacionadas - Realizável a longo prazo:		
Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. - Cemat	155.639	128.995
Caiuá Serviços de Eletricidade S.A.	9.280	
QMRA - Participações S.A.		3
Outros	<u>2</u>	
Total	<u>164.921</u>	<u>128.998</u>

Saldos passivos:

Empresas relacionadas - Exigível a longo prazo -		
Caiuá Serviços de Eletricidade S.A.	<u> </u>	<u>30.541</u>
Total	<u> -</u>	<u>30.541</u>

As principais transações referem-se basicamente a:

- a) Contas correntes que referem-se a pagamentos efetuados a terceiros por conta e/ou pela parte relacionada, sobre os quais incidem encargos financeiros calculados com base na TJLP mais 4% ao ano;
- b) Comercialização de energia elétrica comprada.

10. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS DIFERIDOS

O imposto de renda e a contribuição social são calculados com base nas alíquotas vigentes nas datas dos balanços. Os impostos diferidos relativos às diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social são registrados em contas patrimoniais, deduzidos de provisão para perdas sobre sua realização. Essa provisão, quando necessária, é constituída com base nas projeções de resultados futuros preparadas pela administração da Companhia. Demonstramos a seguir a composição da base de cálculo e dos saldos desses impostos em 31 de dezembro:

	Imposto de renda	Contribuição social	Total	
			2002	2001
	R\$	R\$	R\$	R\$
<u>Composição da receita (despesa) com impostos:</u>				
Impostos correntes	(4.796)	(2.862)	(7.658)	(5.386)
Impostos diferidos - Variação líquida	<u>9.228</u>	<u>782</u>	<u>10.010</u>	<u>(5.848)</u>
Total	<u>4.432</u>	<u>(2.080)</u>	<u>2.352</u>	<u>(11.234)</u>
<u>Conciliação da receita com impostos:</u>				
Prejuízo antes dos impostos	(40.945)	(40.945)		
Adições (exclusões) permanentes:				
Equivalência patrimonial	2.274	2.274		
Recomposição Tarifária Extraordinária - RTE	72.361	72.361		
Outras	<u>95</u>	<u>970</u>		
Base de cálculo da receita com impostos	33.785	34.660		
Alíquotas	<u>25%</u>	<u>9%</u>		
Despesa com impostos	(8.446)	(3.119)		
Créditos diferidos de períodos anteriores	12.414	1.290		
Provisão para perda com créditos tributários diferidos	<u>464</u>	<u>(251)</u>		
Receita (despesa) líquida com impostos	<u>4.432</u>	<u>(2.080)</u>	<u>2.352</u>	<u>(11.234)</u>
<u>Composição da base de cálculo dos créditos tributários diferidos:</u>				
Provisão para contingências trabalhistas e cíveis	11.545	11.545		
Provisão para contingências fiscais e tributárias	30.710	11.413		
Provisão para devedores duvidosos	16.692	16.692		
Ajuste do plano de aposentadoria	10.629	10.629		
Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social	224.523	257.322		
Variação cambial diferida	<u>(8.721)</u>	<u>(8.721)</u>		
Base de cálculo dos impostos diferidos	285.378	298.880		
Alíquotas	<u>25%</u>	<u>9%</u>		
Créditos fiscais diferidos - Realizável a longo prazo (a)	<u>71.344</u>	<u>26.899</u>	<u>98.243</u>	<u>95.773</u>
<u>Encargos tributários s/a reserva de reavaliação:</u>				
Reserva de reavaliação	444.977	444.977		
(-) Terrenos	(5.784)	(5.784)		
(-) Depreciação/baixas	<u>(30.911)</u>	<u>(30.911)</u>		
Base de cálculo	408.282	408.282		
Alíquotas	<u>25%</u>	<u>9%</u>		
Encargos tributários s/a reserva de reavaliação (b)	<u>102.071</u>	<u>36.745</u>	<u>138.816</u>	<u>146.356</u>
Encargos tributários líquidos (b-a)			<u>40.573</u>	<u>50.583</u>

Conforme requerido pela Deliberação CVM n°. 273 de 29 de agosto de 1998 e Instrução CVM n°. 371 de 27 de junho de 2002, foram preparados por empresa independente, estudos de recuperação do crédito tributário diferido, que foram aprovados pela administração da Companhia e pelo seu conselho fiscal. A estimativa de realização dos créditos tributários está detalhada a seguir:

	<u>R\$</u>
2003	13.996
2004	27.587
2005	38.160
2006	<u>18.500</u>
Total	<u>98.243</u>

Algumas medidas e estratégias que estão sendo implementadas para a recuperação desses créditos foram informadas no fato relevante publicado em 31 de maio de 2002, conforme determinação da CVM.

A partir de 1º. de janeiro de 2002, está sendo constituída provisão para perdas sobre o valor total dos créditos tributários sobre prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social gerados a partir daquela data.

11. INVESTIMENTOS

Os investimentos estão apresentados conforme descrito a seguir:

	<u>2002</u>	<u>2001</u>
	<u>R\$</u>	<u>R\$</u>
Participações societárias permanentes:		
Rede Lajeado Energia S.A. (coligada) (a)	67.481	69.244
Centrais Elétricas do Norte S.A. - Eletronorte	10.627	10.627
Outras participações societárias	<u>159</u>	<u>159</u>
Subtotal	78.267	80.030
Outros investimentos	<u>1.329</u>	<u>2.755</u>
Total	<u>79.596</u>	<u>82.785</u>

- (a) Essa Companhia participa de um consórcio criado para a construção da Usina Hidrelétrica Luiz Eduardo Magalhães, composta por 5 turbinas. Em 1º. de dezembro de 2001, uma das cinco turbinas iniciou suas operações, e as demais durante o ano de 2002. Conforme Despacho n°. 75, de 19 de fevereiro de 2002, da Superintendência de Concessões e Autorizações de Geração da Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel, a potência instalada dessa usina foi aumentada de 850 MW para 902,5 MW.

A energia elétrica produzida por essa usina está sendo utilizada ou comercializada na condição de “Produtor Independente”, nos termos do contrato de concessão, pelos concessionários integrantes do consórcio dessa usina, a saber: CEB Lajeado Energia S.A., EDP Lajeado Energia S.A., Paulista Lajeado Energia S.A. e Rede Lajeado Energia S.A..

Participação em coligada

	Rede Lajeado Energia S.A.	
	<u>2002</u>	<u>2001</u>
Quantidade de ações do capital social - Ações ordinárias	50.989.000	50.989.000
Quantidade de ações possuídas - Ações ordinárias	11.217.580	11.217.580
Percentual de participação	22%	22%
Valor do capital social - R\$	184.577	184.577
Valor do patrimônio líquido - R\$	173.024	183.118
Resultado do exercício - R\$	(10.094)	(1.345)
Valor do investimento - R\$	38.065	40.340
Resultado da equivalência patrimonial - R\$	(2.274)	(268)
Saldo com partes relacionadas	<u>R\$</u>	<u>R\$</u>
Ativo - Adiantamentos para aumento de capital	<u>29.416</u>	<u>28.904</u>

12. IMOBILIZADO

	<u>2002</u>	<u>2001</u>
	<u>R\$</u>	<u>R\$</u>
Em serviço	1.146.442	1.135.452
Em curso	<u>57.243</u>	<u>79.199</u>
Subtotal	1.203.685	1.214.651
Obrigações especiais vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica	<u>(97.644)</u>	<u>(91.968)</u>
Total	<u>1.106.041</u>	<u>1.122.683</u>

<u>Imobilizado em serviço:</u>	Taxas anuais médias de depreciação(*)	<u>Custo</u>	<u>Depreciação</u> <u>acumulada</u>	<u>2002</u>	<u>2001</u>
	<u>%</u>	<u>R\$</u>	<u>R\$</u>	<u>R\$</u>	<u>R\$</u>
<u>Geração:</u>					
Custo	2,65%	101.136	(55.785)	45.351	40.733
Reavaliação	3,16%	23.905	(1.038)	22.867	24.393
<u>Distribuição:</u>					
Custo	2,76%	1.048.211	(390.240)	657.971	622.658
Reavaliação	4,35%	356.066	(20.597)	335.469	354.601
<u>Comercialização:</u>					
Custo	1,37%	13.501	(8.068)	5.433	5.549
Reavaliação	1,94%	26.551	(712)	25.839	29.789
<u>Administração:</u>					
Custo	7,62%	47.634	(20.441)	27.193	30.629
Reavaliação	2,79%	<u>27.336</u>	<u>(1.017)</u>	<u>26.319</u>	<u>27.100</u>
Subtotal		<u>1.644.340</u>	<u>(497.898)</u>	<u>1.146.442</u>	<u>1.135.452</u>
 <u>Imobilizado em curso:</u>					
Geração		3.265		3.265	2.336
Distribuição		52.618		52.618	74.020
Comercialização		21		21	242
Administração		<u>1.339</u>		<u>1.339</u>	<u>2.601</u>
Subtotal		<u>57.243</u>		<u>57.243</u>	<u>79.199</u>
Total		<u>1.701.583</u>	<u>(497.898)</u>	<u>1.203.685</u>	<u>1.214.651</u>

(*) Essa taxa média é calculada considerando a despesa de depreciação do exercício dividida pelo saldo médio anual do imobilizado.

As principais taxas anuais de depreciação por macroatividade, de acordo com a Resolução Aneel nº. 44/99, são as seguintes:

	<u>Taxas anuais de depreciação</u> %
<u>Geração</u>	
Equipamento geral	10,00
Reservatórios, barragens e adutoras	2,00
Turbina hidráulica	2,50
<u>Distribuição</u>	
Barra de capacitores	6,70
Chave de distribuição	6,70
Condutor do sistema	5,00
Estrutura do sistema	5,00
Regulador de tensão	4,80
Transformador de distribuição	5,00
<u>Comercialização</u>	
Equipamento geral	10,00
Edificações	4,00
<u>Administração central</u>	
Veículos	20,00
Equipamento geral	10,00

Dos bens vinculados à concessão

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº. 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução Aneel nº. 20/99 regulamenta a desvinculação de bens das concessões do serviço público de energia elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

Obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica

São obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica e representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador, e as subvenções destinadas a investimentos no serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição, cuja quitação ocorrerá ao final da concessão.

A partir de 1º. de janeiro de 1996, essas obrigações não estão sendo mais atualizadas pelos efeitos da inflação, tendo a seguinte composição em 31 de dezembro de 2002:

	<u>2002</u>	<u>2001</u>
	<u>R\$</u>	<u>R\$</u>
Participação da União	7.893	7.893
Participação dos municípios	72.593	-
Participação do consumidor	8.299	75.463
Doações e subvenções destinadas a investimento do serviço concedido	8.277	8.030
Outros	<u>582</u>	<u>582</u>
Total	<u>97.644</u>	<u>91.968</u>

Reavaliação

Em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 26 de setembro de 2001, foi aprovada a reavaliação de certos bens do ativo imobilizado em serviço da Companhia.

A reavaliação abrangeu as usinas hidrelétricas, usinas térmicas, linhas e redes de transmissão, linhas e redes de distribuição, subestações e equipamentos em geral.

O laudo de avaliação foi efetuado pela Setape - Serviços Técnicos de Avaliações do Patrimônio e Engenharia S/C Ltda. com data-base em 31 de agosto de 2001 e contabilizado em 30 de setembro de 2001, conforme detalhado abaixo:

	<u>Laudo de</u>	<u>Valor</u>	<u>Incremento</u>
	<u>avaliação</u>	<u>residual</u>	<u>R\$</u>
	<u>R\$</u>	<u>R\$</u>	<u>R\$</u>
Geração	65.531	42.208	23.323
Distribuição	998.676	604.577	394.099
Administração	<u>54.050</u>	<u>26.495</u>	<u>27.555</u>
Total	<u>1.118.257</u>	<u>673.280</u>	444.977
Tributos diferidos			(149.325)
Realização da reserva de reavaliação líquida dos impostos diferidos (depreciação/baixas)			<u>(20.402)</u>
Reserva de reavaliação registrada no patrimônio líquido em 31/12/2002			<u>275.250</u>

O efeito no resultado do ano, oriundo das depreciações e baixas foi de R\$ 14.638, líquido dos efeitos tributários.

13. ENCARGOS FINANCEIROS E EFEITOS INFLACIONÁRIOS

Em virtude do disposto na Resolução Aneel nº. 001, de 24/12/97 e Deliberação CVM nº. 193, de 11/7/96, os juros e demais encargos financeiros, incluindo efeitos inflacionários e cambiais do exercício findo em 31 de dezembro de 2002, relativamente aos financiamentos obtidos de terceiros, para aplicação no imobilizado em curso, estão registrados como custo desse ativo, como segue:

	Geração R\$	Distribuição R\$	Comercialização R\$	Total	
				2002 R\$	2001 R\$
Encargos financeiros apropriados no resultado	5.081	12.580	18.087	35.748	49.760
(-) Transferência para o imobilizado em curso		(2.832)		(2.832)	(1.991)
Líquido	<u>5.081</u>	<u>9.748</u>	<u>18.087</u>	<u>32.916</u>	<u>47.769</u>
Efeitos inflacionários apropriados no resultado	11.097	25.541	50.862	87.500	26.019
(-) Transferência para o imobilizado em curso					
Líquido	<u>11.097</u>	<u>25.541</u>	<u>50.862</u>	<u>87.500</u>	<u>26.019</u>

14. DIFERIDO

Em consonância com a Medida Provisória nº. 03/01 de 26/9/2001, e Deliberação CVM nº. 404/01, de 27/9/2001, com nova redação dada pela Deliberação nº. 409/01, de 1/11/2001, a Companhia optou pelo diferimento das variações cambiais ocorridas durante o ano de 2001, as quais estão sendo amortizadas linearmente a partir de 2001, por prazo não superior a 4 (quatro) anos.

	2002 R\$	2001 R\$
Variação cambial diferida:		
Custo	36.486	36.486
(-) Amortização acumulada	(27.765)	(14.296)
Total	<u>8.721</u>	<u>22.190</u>

15. FORNECEDORES

<u>Curto prazo:</u>	2002 R\$	2001 R\$
Suprimento de energia elétrica:		
Eletronorte	22.500	52.204
Parcelamento:		
Eletronorte (a)	34.292	
Eletronorte Repasse Caiuá (a)	(34.292)	
Subtotal	<u>22.500</u>	<u>52.204</u>
Compra de energia elétrica - MAE		
Energia livre - MAE (b)	13.983	10.126
Energia no curto prazo - MAE	<u>19</u>	<u>68.916</u>

Subtotal

14.002 79.042

	<u>2002</u>	<u>2001</u>
	<u>R\$</u>	<u>R\$</u>
Encargos de uso da rede elétrica:		
Furnas	1.174	906
Chesf	949	792
CTEEP	1.000	895
Eletronorte	1.116	901
Eletrosul	485	378
Copel	344	92
Cemig	341	317
CEEE	357	221
ONS	305	179
Outros	<u>246</u>	<u>148</u>
Subtotal	<u>6.317</u>	<u>4.829</u>
Materiais e serviços	22.699	19.511
Total	<u>65.518</u>	<u>155.586</u>
<u>Longo Prazo:</u>		
Suprimento de energia elétrica:		
Eletronorte (a)	86.393	
Eletronorte repasse Caiuá (a)	(86.393)	
Energia livre - MAE (b)	<u>44.656</u>	<u>30.378</u>
Total	<u>44.656</u>	<u>30.378</u>

(a) Durante o exercício de 2002, a Celpa concluiu acordo com a Eletronorte visando a liquidação das faturas de energia elétrica em atraso, mediante parcelamento em 48 parcelas corrigidas pelo IGP-M acrescidas de juros de 12% a.a., a partir de 30/5/2002. Em 31/12/2002 foi efetuado repasse desse parcelamento para a Caiuá, mediante acordo formal, por conta corrente.

(b) Vide nota explicativa nº. 28.

16. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS E
PARCELAMENTO DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

	Curto prazo		Longo prazo	
	<u>2002</u>	<u>2001</u>	<u>2002</u>	<u>2001</u>
	<u>R\$</u>	<u>R\$</u>	<u>R\$</u>	<u>R\$</u>
ICMS	58.855	47.825		
Previdência social	1.809	1.655	163	292
PIS (b)	7.791	1.680		
Cofins (b)	32.231	7.760		
Imposto de renda retido na fonte	36	139		
Contribuição social (b)	2.594			
Imposto de renda pessoa jurídica (b)	2.921			
Outros	<u>682</u>	<u>799</u>	<u>152</u>	<u>_____</u>
Subtotal	<u>106.919</u>	<u>59.858</u>	<u>315</u>	<u>292</u>
Parcelamento de impostos e contribuições:				
Refis (a)	12.429	8.858	31.540	43.574
ICMS	9.553			
IPTU	<u>558</u>	<u>_____</u>	<u>191</u>	<u>_____</u>
Subtotal	<u>22.540</u>	<u>8.858</u>	<u>31.731</u>	<u>43.574</u>
Total	<u>129.459</u>	<u>68.716</u>	<u>32.046</u>	<u>43.866</u>

- (a) Refere-se a consolidação de débitos tributários relativos ao Programa de Recuperação Fiscal - Refis, conforme descrito na nota explicativa nº. 32, sobre os quais incidem juros mensais equivalentes a variação da Taxa de Juros a Longo Prazo - TJLP.
- (b) Em decorrência da grave crise econômica e cambial que assolou o País, bem como dos impactos que o racionamento de energia proporcionou nas receitas da Companhia, a Companhia impetrou Ação Ordinária contra a União Federal pleiteando o direito de ter seus débitos em aberto referentes a impostos e contribuições federais, parcelados em 240 meses. Os valores provisionados referem-se às parcelas de 2002 não pagas acrescidas de juros Selic e multa. Como consequência, a Companhia está efetuando depósito judicial a razão de 1/240 avo do montante consolidado do débito acrescido de 1% a.a. de juros.

17. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS E ENCARGOS DE DÍVIDAS

a) Composição:

	2002			2001		
	<u>Encargos</u>	<u>Curto prazo</u>	<u>Longo prazo</u>	<u>Encargos</u>	<u>Curto prazo</u>	<u>Longo prazo</u>
	<u>R\$</u>	<u>R\$</u>	<u>R\$</u>	<u>R\$</u>	<u>R\$</u>	<u>R\$</u>
<u>Moeda nacional:</u>						
Eletróbrás	1.507	5.469	45.140	73	8.210	31.450
BNDES	1.220	63.573	151.075	4.941	22.494	134.961
Finame	11	1.700	1.283	14	1.548	2.464
Capital de giro		<u>27.750</u>	<u>7.202</u>		<u>18.282</u>	<u>6.694</u>
Total moeda nacional	<u>2.738</u>	<u>98.492</u>	<u>204.700</u>	<u>5.028</u>	<u>50.534</u>	<u>175.569</u>
<u>Moeda estrangeira:</u>						
Tesouro Nacional	1.643	6.733	153.865	1.380	3.532	104.715
Finep	1	79		2	103	52
Capital de giro	<u>5</u>	<u>7.497</u>	<u>1.886</u>	<u>1.144</u>	<u>52.209</u>	
Total moeda estrangeira	<u>1.649</u>	<u>14.309</u>	<u>155.751</u>	<u>2.526</u>	<u>55.844</u>	<u>104.767</u>
Total	<u>4.387</u>	<u>112.801</u>	<u>360.451</u>	<u>7.554</u>	<u>106.378</u>	<u>280.336</u>

b) As parcelas de longo prazo (principal e encargos) têm os seguintes vencimentos:

	2002			<u>2001</u> <u>R\$</u>
	<u>Moeda Nacional</u>	<u>Moeda estrangeira</u>	<u>Total</u>	
	<u>R\$</u>	<u>R\$</u>	<u>R\$</u>	
A partir de 2003				34.136
2004	55.470	15.664	71.134	38.230
2005	36.538	13.987	50.525	37.577
2006	29.697	12.569	42.266	36.618
2007	29.697	8.777	38.474	34.345
2008	29.697	8.777	38.474	23.211
2009	6.370	7.815	14.185	9.362
2010	5.764	6.853	12.617	8.249
2011	5.160	6.853	12.013	7.769
2012	4.157	5.043	9.200	4.731
Após 2012	<u>2.150</u>	<u>69.413</u>	<u>71.563</u>	<u>46.108</u>
Total	<u>204.700</u>	<u>155.751</u>	<u>360.451</u>	<u>280.336</u>

c) Composição do saldo devedor por moeda e indexador.

<u>Moeda/indexador</u>	2002		2001	
	<u>R\$</u>	<u>%</u>	<u>R\$</u>	<u>%</u>
Moeda estrangeira:				
Dólar norte-americano (US\$)	164.400	95,74	158.846	97,37
Euro	<u>7.309</u>	<u>4,26</u>	<u>4.291</u>	<u>2,63</u>
Subtotal	<u>171.709</u>	<u>100,00</u>	<u>163.137</u>	<u>100,00</u>
Moeda Nacional:				
URTJLP	161.046	52,64	166.421	72,00
Ufir	51.794	16,93	33.945	14,69
CDI	26.694	8,73	18.282	7,91
IGP-M	151	0,05	474	0,20
TJLP	7.807	2,55	6.695	2,90
Finel	171	0,06	5.314	2,30
Selic	57.817	18,90		
Outros	<u>450</u>	<u>0,14</u>		
Subtotal	<u>305.930</u>	<u>100,00</u>	<u>231.131</u>	<u>100,00</u>
Total	<u>477.639</u>		<u>394.268</u>	

d) Os indexadores, base de atualização dos empréstimos e financiamentos, apresentaram as seguintes variações durante o exercício:

<u>Moeda/indexador</u>	<u>Variação %</u>	
	<u>2002</u>	<u>2001</u>
US\$ (Dólar norte americano)	52,27	18,67
Euro	79,35	12,05
URTJLP (Unidade de Referência - Taxa de Juros de Longo Prazo)	3,71	3,35
Selic (Sistema Especial de Liquidação e de Custódia)	17,66	16,08
CDI (Certificado de Depósito Interbancário)	19,09	17,11
TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo)	9,87	9,25
Finel (Fundo de Financiamento da Eletrobrás)	4,68	2,18
IGP-M (Índice Geral de Preços - Mercado)	25,30	10,38

e) Detalhamento dos Empréstimos e Financiamentos:

- 1) Eletrobrás - Recursos destinados a investimentos no ativo imobilizado, para expansão dos sistemas de geração, transmissão, distribuição, comercialização e Programa Nacional Luz no Campo. O empréstimo inicial é datado de 22/8/1997, a data de vencimento da última parcela é em 30/5/2012, a forma de amortização é mensal, e as taxas de juros variam de 5% a 10% a.a.

- 2) BNDES - Programa Emergencial e Excepcional de Apoio Financeiro às Concessionárias de Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica, o qual destina-se a suprir parte das insuficiências de recursos decorrentes de redução de receita ocorrida durante a vigência do racionamento, com base em contrato iniciado em 7/2/2002, com amortizações mensais vencendo-se a primeira em 15/3/2002, e a última em 15/4/2005. Sobre o principal da dívida da beneficiária incidem juros à taxa de 1% ao ano (a título de “spread”), acima da taxa média ajustada dos financiamentos diários apurados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - Selic.

Os recursos destinados a investimentos no ativo imobilizado, para expansão do sistema de transmissão e distribuição de energia, cujo contrato foi assinado em 7/12/1998, são amortizados mensalmente à taxa de juros de 11% a.a. e seu vencimento final é em 15/12/2008.

- 3) Finame - Investimentos no sistema de transmissão, distribuição e comercialização. As taxas de juros variam de 9% a 11% a.a., e a forma de amortização é mensal, com vencimento final em junho de 2005.
- 4) Tesouro Nacional - Reestruturação de dívida externa, contrato inicial assinado em 31/12/1997, com taxas de juros que variam de 4,3% a 11% a.a. acrescida da variação cambial, com amortização semestral, e vencimento da última parcela em 15/4/2024.
- 5) Financiadora de Estudos e Projetos - Finep - Recursos destinados a estudos de inventário das bacias hidrográficas dos rios Curuá-Una e Mojú, no Estado do Pará, cujo contrato assinado em 16/8/1985, com amortização semestral, taxa de juros de 3% a.a. mais variação cambial, e vencimento da última parcela em 24/1/2003.
- 6) Capital de giro diversos - Em moeda estrangeira, contratos com taxas de juros variando de 3% a 29,5% a.a. mais variação cambial, com amortização mensal, vencendo-se a última parcela em 7/5/2004. Em moeda nacional, contratos com taxas de juros entre 5% e 10,8% a.a., na forma de amortização mensal, com vencimento da última parcela em 3/11/2004.

Garantias

Os empréstimos e financiamentos estão garantidos por alienação fiduciária dos bens financiados, notas promissórias, avais do acionista controlador e receitas futuras de fornecimento de energia elétrica.

f) Mutação de empréstimos e financiamentos:

	<u>Moeda nacional</u>		<u>Moeda estrangeira</u>	
	<u>Curto</u>	<u>Longo</u>	<u>Curto</u>	<u>Longo</u>
	<u>prazo</u>	<u>Prazo</u>	<u>prazo</u>	<u>prazo</u>
	<u>R\$</u>	<u>R\$</u>	<u>R\$</u>	<u>R\$</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2001	50.534	175.569	55.844	104.767
Ingressos	402.436	68.785	23.101	6.825
Encargos		1.126		
Variação monetária e cambial	1.615	4.740	21.628	55.138
Transferências	45.520	(45.520)	10.979	(10.979)
Amortizações	(401.613)		(97.243)	
Saldo em 31 de dezembro de 2002	<u>98.492</u>	<u>204.700</u>	<u>14.309</u>	<u>155.751</u>

18. TAXAS REGULAMENTARES

	<u>Curto Prazo</u>		<u>Longo Prazo</u>	
	<u>2002</u>	<u>2001</u>	<u>2002</u>	<u>2001</u>
	<u>R\$</u>	<u>R\$</u>	<u>R\$</u>	<u>R\$</u>
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos		58		68
Quota de Reserva Global de Reversão - RGR	4.545	2.823		
Quota da Conta de Consumo de Combustível - CCC	7.307	6.748		
Taxa de fiscalização - Aneel	145	139		
Subtotal	<u>12.055</u>	<u>9.778</u>		
Parcelamento:				
Reserva global de reversão - RGR (a)	3.796		3.446	
Conta de consumo de combustível - CCC (b)	<u>6.925</u>		<u>6.289</u>	
Subtotal	<u>10.721</u>		<u>9.735</u>	
Total	<u>22.776</u>	<u>9.778</u>	<u>9.735</u>	<u>-</u>

(a) Parcelamento das quotas referentes aos meses de janeiro a maio/2002, concedido pela Eletrobrás em 24 parcelas mensais e sucessivas, iniciando-se em 30/12/2002, e com vencimento da última parcela em 30/11/2004. A taxa de juros é de 1% ao mês “pro rata dia” calculada desde a data do vencimento de cada débito até sua liquidação, acrescida de multa de 10%, para débitos vencidos até 25/4/2002, e multa de 5% para débitos vencidos após 25/4/2002.

(b) Parcelamento das quotas referentes aos meses de novembro/2001 a maio/2002, concedido pela Eletrobrás em 24 parcelas mensais e sucessivas, iniciando-se em 30/12/2002, e com vencimento da última parcela em 30/11/2004. A taxa de juros é de 1% ao mês “pro rata dia” calculada desde a data do vencimento de cada débito até sua liquidação, acrescida de multa de 10% para débitos vencidos até 25/4/2002, e multa de 5% para débitos vencidos após 25/4/2002.

19. PROVISÕES PARA PASSIVOS CONTINGENTES E DEPÓSITOS JUDICIAIS

	2002			2001		
	Provisão		Depósitos	Provisão		Depósitos
	No exercício	Saldo	judiciais	No exercício	Saldo	Judiciais
	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
Trabalhistas:						
Plano Bresser (d)	1.169	1.169	10			
Periculosidade	(597)	2.908	244	(11.255)	3.501	947
Outros	<u>(277)</u>	<u>5.707</u>	<u>7.614</u>	<u>(3.235)</u>	<u>5.988</u>	<u>7.631</u>
Subtotal	295	9.784	7.868	(14.490)	9.489	8.578
Cíveis - Consumidores	2.215	4.271	418	618	2.056	
Fiscais e tributárias:						
Cofins (a) (b)	1.883	15.298	97	1.729	13.415	449
PIS (b) (c)	(11.105)	10.411	21	1.068	21.516	
CPMF	3.248	14.404	144	11.108	11.156	
Imposto de renda (b)	197	1.650	40	196	1.453	
Contribuição social (b)	<u>36</u>	<u>300</u>	<u>178</u>	<u>34</u>	<u>264</u>	
Subtotal	<u>(5.741)</u>	<u>42.063</u>	<u>480</u>	<u>14.135</u>	<u>47.804</u>	<u>449</u>
Total	<u>(3.231)</u>	<u>56.118</u>	<u>8.766</u>	<u>263</u>	<u>59.349</u>	<u>9.027</u>

- (a) Os recolhimentos mensais da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - Cofins que estavam suspensos por liminares concedidas pela Justiça Federal, em face da imunidade tributária prevista no parágrafo 3º., artigo 155 da Constituição Federal, foram incluídos no Programa de Recuperação Fiscal - Refis, e se encontram registrados na conta de tributos e contribuições sociais e parcelamento de impostos e contribuições, acrescidos dos encargos financeiros aplicáveis.
- (b) Por meio de medida liminar expedida pela Justiça federal, a Companhia efetuou compensação dos recolhimentos relativos a parcela de contribuição do PIS, conforme previsto nos Decretos Leis nº.s 2.445 e 2.449/88, na parte que excede o valor devido com base na Lei Complementar nº. 7/70, com impostos e contribuições vincendos até outubro de 2000. Os valores compensados estão sendo provisionados no exigível a longo prazo, acrescidos dos encargos financeiros.
- (c) A Companhia mantinha registrada provisão para contingências relacionadas à autuação fiscal referente ao diferencial de alíquota de 0,15% na tributação PIS/Pasep. Tal provisão, no montante de R\$ 12.290, foi revertida durante o exercício de 2002, levando em consideração a expectativa de êxito dos assessores jurídicos da Companhia.
- (d) Refere-se a uma ação trabalhista movida pelo Sindicato dos Urbanitários do Estado do Pará que pleiteia diferenças salariais decorrentes do Plano Bresser (junho de 1987). De acordo com os advogados da Companhia, o valor estimado de perda é de R\$ 1.169, o qual encontra-se devidamente provisionado.

20. OUTROS PASSIVOS

	Curto prazo		Longo prazo	
	2002	2001	2002	2001
	R\$	R\$	R\$	R\$
Convênios de arrecadação	662	608		
Taxa de iluminação pública	2.361	3.365		
Conta paga em duplicidade	1.695	1.566		
Entidades seguradoras	238	315		
Juros do empréstimo compulsório - Eletrobrás	944	794		
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico	150	1.236		
Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica	9.948	10.329		
Outros credores	8.701	7.744	9.462	14.703
Quota para Reserva Global de Reversão - RGR				884
Fundação Grão Pará - Fungrapa	1.461	1.210	13.622	12.928
Encargos tarifários	<u>3.718</u>			
Total	<u>29.878</u>	<u>27.167</u>	<u>23.084</u>	<u>28.515</u>

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2002 é de R\$ 518.932, e sua composição por classe de ações e principais acionistas é a seguinte:

Acionistas	Número de ações em milhares									
	Ordinárias		Preferenciais						Total	
		%	A	%	B	%	C	%		%
QMRA	32.656.151	54,98	45.394	2,09	-	-	25.465	2,12	32.727.010	51,26
Eletrobrás	20.664.720	34,79	121.339	5,60	1.074.634	99,01	-	-	21.860.693	34,24
Outros	<u>6.076.626</u>	<u>10,23</u>	<u>2.000.083</u>	<u>92,31</u>	<u>10.740</u>	<u>0,99</u>	<u>1.175.785</u>	<u>97,88</u>	<u>9.263.234</u>	<u>14,50</u>
Total	<u>59.397.497</u>	<u>100,00</u>	<u>2.166.816</u>	<u>100,00</u>	<u>1.085.374</u>	<u>100,00</u>	<u>1.201.250</u>	<u>100,00</u>	<u>63.850.937</u>	<u>100,00</u>

Os acionistas terão direito de receber como dividendos obrigatórios em cada exercício, no mínimo, 25% do lucro líquido ajustado. A distribuição dos dividendos será efetuada, observando-se a preferência das ações preferenciais em relação às ordinárias, da seguinte forma:

- Os titulares das ações preferenciais terão assegurado o recebimento dos dividendos mínimos previstos no artigo 8º. do estatuto, se a porcentagem de 25% dos lucros líquidos, prevista no "caput" desse artigo, não permitir melhor remuneração às ações preferenciais;
- Não haverá prioridade para recebimento dos dividendos mínimos para as classes de ações preferenciais, de forma que, se o valor disponível para distribuição for insuficiente para pagamento integral dos dividendos mínimos das três classes de ações preferenciais, as ações das três classes participarão igualmente da distribuição, no limite do percentual assegurado a cada classe;

- c) Após o pagamento dos dividendos mínimos das ações preferenciais, e a medida que o saldo dos lucros líquidos permitir, os acionistas que possuem ações ordinárias receberão os mesmos dividendos mínimos pagos às ações preferenciais, destinando-se o saldo dos dividendos, se houver, às ações ordinárias e preferenciais em igualdade de condições;
- d) Os dividendos atribuídos às ações ordinárias não poderão ser superiores aos pagos a qualquer das classes das ações preferenciais. O estatuto estabelece distribuição de dividendo mínimo sobre o valor do capital representado pelas respectivas classes de ações nos seguintes percentuais:

Ações preferenciais classe "A" - 6%
 Ações preferenciais classe "B" - 10%
 Ações preferenciais classe "C" - 3%

	<u>2002</u>	<u>2001</u>
	<u>R\$</u>	<u>R\$</u>
<u>Reservas de capital</u>		
Doações e subvenções para investimentos	1.260	1.260
Remuneração de bens e direitos constituídos c/capital próprio	<u>36.728</u>	<u>36.916</u>
Total	<u>37.988</u>	<u>38.176</u>
<u>Reservas de lucros</u>		
Reserva legal	4.106	4.106
Reserva de retenção de lucros	<u>7.809</u>	<u>33.996</u>
Total	<u>11.915</u>	<u>38.102</u>

22. DIVIDENDOS PROPOSTOS

Dividendo proposto por espécie de ação (mínimo obrigatório)

	Número de ações (milhões)	Dividendos por lote de mil ações <u>R\$</u>	Dividendos Propostos <u>R\$</u>
Ações preferenciais:			
Classe A	2.167	0,4878	1.057
Classe B	1.085	0,8129	882
Classe C	<u>1.201</u>	0,2440	<u>293</u>
Total	<u>4.453</u>		<u>2.232</u>

23. RECEITA COM O FORNECIMENTO E SUPRIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA

	Nº. de consumidores (*)		MWh (*)		R\$	
	<u>2002</u>	<u>2001</u>	<u>2002</u>	<u>2001</u>	<u>2002</u>	<u>2001</u>
Residencial	992.319	920.650	1.495.230	1.464.651	395.948	344.415
Industrial	3.617	3.180	763.923	703.939	133.303	102.628
Comercial, serviços e outras atividades	104.749	101.128	844.697	814.634	229.660	178.132
Rural	12.138	9.191	48.842	42.051	9.277	6.666
Poder público	9.896	9.008	248.449	236.133	60.702	46.928
Iluminação pública	214	196	222.445	204.788	35.074	26.489
Serviço público	892	788	184.921	179.898	25.285	25.004
Consumo próprio	259	238	26.864	14.132		
Fornecimento não faturado					8.583	(328)
Recomposição tarifária extraordinária (**)					(72.361)	127.638
Redução da receita - Baixa renda					<u>11.462</u>	
Subtotal	<u>1.124.084</u>	<u>1.044.379</u>	<u>3.835.371</u>	<u>3.660.226</u>	<u>836.933</u>	<u>857.572</u>
Suprimentos					<u>58.011</u>	<u>115.811</u>
Total	<u>1.124.084</u>	<u>1.044.379</u>	<u>3.835.371</u>	<u>3.660.226</u>	<u>894.944</u>	<u>973.383</u>

(*) Informações não auditadas.

(**) Vide nota explicativa nº. 28.

24. COMPRA E VENDA DE ENERGIA DE CURTO PRAZO NO ÂMBITO DO MERCADO ATACADISTA DE ENERGIA ELÉTRICA - MAE

Nos exercícios de 2002 e de 2001, a concessionária efetuou a comercialização de energia de curto prazo no âmbito do Mercado Atacadista de Energia Elétrica - MAE, conforme a seguir demonstrado:

	<u>2002</u>	<u>2001</u>
	<u>R\$</u>	<u>R\$</u>
Compra de energia no MAE (*)	13.341	109.979
Venda de energia no MAE (*)	58.011	82.998

(*) Referente ao período de setembro de 2000 a dezembro de 2002.

25. ENERGIA ELÉTRICA COMPRADA PARA REVENDA

	<u>2002</u> <u>MWh</u> (*)	<u>2001</u> <u>MWh</u> (*)	<u>2002</u> <u>R\$</u>	<u>2001</u> <u>R\$</u>
Eletronorte	<u>5.834.160</u>	<u>5.348.035</u>	<u>213.710</u>	<u>189.991</u>
Total de energia comprada para revenda - Convencional	<u>5.834.160</u>	<u>5.348.035</u>	<u>213.710</u>	<u>189.991</u>

(*) Informações não auditadas.

26. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	<u>Companhia</u>	
	<u>2002</u> <u>R\$</u>	<u>2001</u> <u>R\$</u>
Pessoal	26.637	34.501
Administradores		
Serviços de terceiros	25.146	23.735
Material	4.011	4.093
Depreciação e amortização	4.269	3.201
Arrendamento e aluguéis	4.918	3.954
Tributos	3.437	2.514
(-) Recuperação de despesas		(328)
Outros	<u>7.527</u>	<u>6.869</u>
	<u>75.945</u>	<u>78.539</u>

27. RESULTADO NÃO OPERACIONAL

	<u>2002</u> <u>R\$</u>	<u>2001</u> <u>R\$</u>
Perdas na desativação de bens e direitos	(1.408)	(4.600)
Perdas na alienação de bens e direitos	(2.404)	(4.104)
Outras despesas não operacionais	(581)	(2.913)
Ganhos na alienação de bens e direitos	827	478
Outras receitas não operacionais	<u>5.942</u>	<u>6.490</u>
Resultado não operacional	<u>2.376</u>	<u>(4.649)</u>

28. ACORDO GERAL DO SETOR ELÉTRICO

Pela Medida Provisória nº. 2.198, de 24 de agosto de 2001, foi criado o Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica. Esse programa teve por objetivo compatibilizar a demanda de energia com a oferta, a fim de evitar interrupções intempestivas ou imprevistas do suprimento de energia. Em média, a redução de energia prevista por esse programa foi de 20% em relação ao consumo verificado nos meses de maio, junho e julho de 2000. Esse programa vigorou de 4 de junho de 2001 até 1º de março de 2002, data em que o governo considerou normalizada a situação hidrológica. Na Região Norte o programa foi suspenso a partir de janeiro de 2002.

A Resolução GCE nº. 117, de 19 de fevereiro de 2002, decretou o fim do Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica e, em 6 de junho de 2002, por meio do Decreto nº. 4.261 ficou extinta a Câmara de Gestão de Crise Energética - GCE.

Em consequência dessa redução forçada da demanda pela intervenção do Estado, as empresas concessionárias de energia elétrica, tanto geradoras como distribuidoras, tiveram redução de suas margens de lucro, pois as estruturas físicas dessas empresas, bem como a de pessoal, não puderam ser reduzidas na proporção da redução de consumo prevista naquele programa. Assim, ficaram mantidos os custos fixos e encargos de financiamentos sem a correspondente receita.

Além do programa de redução de consumo, as empresas distribuidoras tinham vários pleitos com a Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel, visando à recomposição do denominado “equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão”, pois ocorreram vários eventos que no entender das empresas resultaram no desequilíbrio econômico-financeiro desses contratos, principalmente as variações mensais de custos denominados como Parcela A, os quais não são gerenciáveis pelas distribuidoras.

Em dezembro de 2001, para solucionar a questão, o governo e as empresas de energia elétrica firmaram o Acordo Geral do Setor Elétrico com as concessionárias distribuidoras e as geradoras de energia elétrica sobre o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos existentes e a recomposição de receitas relativas ao período de vigência do Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica (Programa Emergencial).

Esse acordo abrangeu as perdas de margem incorridas pelas distribuidoras e geradoras no período de vigência do citado Programa Emergencial, os custos adicionais da denominada Parcela A para o período de 1/1/2001 a 25/10/2001, a parcela dos custos com a compra de energia no âmbito do Mercado Atacadista de Energia - MAE, denominada “energia livre”, a serem realizados até agosto de 2006, e a substituição do direito contratual previsto no Anexo V dos Contratos Iniciais (compra e venda de energia).

Entre as principais resoluções aprovadas através da Medida Provisória nº. 14, de 21 de dezembro de 2001, convertida na Lei nº. 10.438, de 26 de abril de 2002, destacamos aquelas diretamente relacionadas com as concessionárias distribuidoras:

1. Recuperação das perdas incorridas no período de racionamento em substituição ao direito contratual previsto no Anexo V dos Contratos Iniciais (compra e venda de energia):
 - a) A receita das distribuidoras de energia elétrica no período de racionamento está sendo recomposta por meio da “recomposição tarifária extraordinária” (aumento nas tarifas de 2,9% para os consumidores residenciais, rurais e iluminação pública e 7,9% para os demais consumidores);
 - b) O montante da recomposição tarifária extraordinária corresponde, para cada distribuidora, à diferença entre a sua receita estimada, se inexistente o Programa Emergencial, e a sua receita verificada sob a vigência do mesmo Programa, considerando a taxa de crescimento do PIB, crescimento esperado de consumo e tarifa média projetada, baseada no Índice de Reajuste Tarifário de 2000; e
 - c) As distribuidoras alcançadas pela recomposição tarifária extraordinária deverão pagar às geradoras, durante o período de vigência do Programa Emergencial, os valores dos contratos iniciais e equivalentes, com redução proporcional àquela aplicada às distribuidoras. A Resolução Aneel nº. 31, de 24 de janeiro de 2002, estabeleceu essa redução em 2,341%. Porém, para os contratos iniciais de junho a dezembro de 2001, a Companhia aplicou o fator de redução de 6,362%, conforme Ofício Circular nº. 761/2002 - SFF-SRE/Aneel.
 - d) As Resoluções Aneel nº.s 480 e 481, de 29 de agosto de 2002, homologaram o montante relativo a recomposição de receita durante a vigência do Programa Emergencial de Redução de Consumo de Energia Elétrica, nos períodos de 1º. de junho a 31 de dezembro de 2001 e de 1º. de janeiro a 28 de fevereiro de 2002, respectivamente.
2. Recuperação dos custos adicionais incorridos com a Parcela A
 - a) As variações de custos denominados Parcela A, relativas ao período de 1º. de janeiro a 25 de outubro de 2001, terão tratamento isonômico com o mecanismo contemplado na Medida Provisória nº. 2.227, de 4 de setembro de 2001; e
 - b) Essa recuperação está condicionada a renúncia pela empresa distribuidora de todos os pleitos administrativos e judiciais relativos a esses custos do período compreendido entre a data de assinatura do contrato de concessão até 31 de dezembro de 2000.
 - c) A Resolução Aneel nº. 482, de 29 de agosto de 2002, homologou o montante relativo as variações de valores financeiros de itens da “Parcela A”, constantes dos contratos de concessão, no período de 1º. de janeiro a 25 de outubro de 2001.

3. Anexo V e energia livre:

Para eliminação de reprodução de controvérsia relativa à recompra de excedentes de contratos iniciais e equivalentes, inclusive ao denominado Acordo de Recompra, a parcela das despesas com a compra de energia no âmbito do Mercado Atacadista de Energia Elétrica - MAE, a serem realizadas até dezembro de 2002, decorrentes da redução da geração de energia elétrica nas usinas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE e consideradas nos denominados contratos iniciais e equivalentes, será repassada aos consumidores atendidos pelo Sistema Elétrico Interligado Nacional, bem como relativas à aplicação do Anexo V dos contratos iniciais, será firmado por concessionárias distribuidoras e geradoras, como condição necessária para a homologação pela Aneel do montante referente à recomposição tarifária extraordinária da receita no racionamento, termo aditivo aos contratos iniciais e equivalentes, assim definidos em Resolução da Aneel, que incluirá a fórmula substitutiva a esse Anexo V.

A Resolução Aneel nº. 483, de 29 de agosto de 2002, homologou o montante relativo a compra e venda de energia no âmbito do Mercado Atacadista de Energia Elétrica - MAE, no período de 1º. de junho de 2001 a 28 de fevereiro de 2002.

As informações do exercício findo em 31 de dezembro de 2002 contemplam os seguintes ajustes decorrentes do Acordo:

	Saldo em <u>31/12/01</u>	No resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2002			Resultado Financeiro	Saldo em <u>31/12/02</u>
		<u>Transf.</u>	<u>Receita operacional</u>	<u>Custo operacional</u>		
Ativo circulante:						
Recomposição de receita	31.909	17.515	(32.316)		5.596	22.704
Energia livre	10.126	3.857				13.983
Realizável a longo prazo:						
Recomposição de receita	95.729	(17.515)	(40.045)		9.647	47.816
Energia livre	30.417	(3.857)		9.450	8.646	44.656
Despesa paga antecipadamente - parcela "A"	1.943				400	2.343
Passivo circulante - Energia livre	(10.126)	(3.857)				(13.983)
Exigível a longo prazo:						
Conta de compensação de variação de custos - parcela "A"	(884)				(182)	(1.066)
Energia livre	(30.378)	3.857		(9.450)	(8.685)	(44.656)
Total líquido	<u>128.736</u>	<u>-</u>	<u>(72.361)</u>	<u>-</u>	<u>15.422</u>	<u>71.797</u>

O montante de R\$ 58.639, registrado como contas a receber dos consumidores (curto e longo prazos) tendo como contrapartida contas a pagar às geradoras, é referente às transações de energia livre, cujo valor será faturado aos consumidores através da Recomposição Tarifária Extraordinária e repassado às geradoras na forma de reembolso de pagamento, sem quaisquer ônus tributários e de inadimplência para essas geradoras. O registro contábil dessa transação como custo e receita não produz efeito no resultado.

O BNDES aprovou linha de crédito para financiamento correspondente a 90% dos valores de recuperação das perdas decorrentes do Programa de Racionamento. O montante liberado até 31 de dezembro de 2002 é de R\$ 79.758, e será amortizado em trinta e oito parcelas mensais e sucessivas a partir da data da liberação, corrigido à taxa de 1% (a título de “spread”), acima da taxa média ajustada dos financiamentos diários apurados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia - Selic.

A Resolução Aneel nº. 484, de 29 de agosto de 2002, fixou os prazos máximos de permanência da Recomposição Tarifária Extraordinária - RTE nas tarifas de fornecimento de energia elétrica das concessionárias de distribuição de energia elétrica, conforme determinação da Lei nº. 10.438, de 26 de abril de 2002. Essa recomposição vigorará pelo período de 56 meses a partir de dezembro de 2001, conforme estabelecido na Resolução Aneel nº. 484, de 29 de agosto de 2002. De acordo com estudo detalhado preparado pela administração da Companhia, o prazo determinado pela Aneel é suficiente para a recuperação desses valores.

29. PLANO DE APOSENTADORIA E PENSÃO

Geral

A Companhia patrocina em conjunto com seus empregados em atividade planos de benefícios de aposentadoria e pensão para seus empregados, ex-empregados e respectivos beneficiários, com o objetivo de complementar e suplementar os benefícios pagos pelo sistema oficial da previdência social, cuja administração é efetuada pela Fundação Grão Pará de Previdência e Assistência Social - Fungrapa.

A Fungrapa possui atualmente quatro planos de benefícios previdenciais: Plano Básico I, Plano Básico II, Plano Básico III e Plano Optativo, conforme a seguir discriminados:

- a) Plano Básico I - estruturado na modalidade de benefício definido, fechado para adesão de novos participantes.
 - Complementação de Aposentadoria por Tempo de Serviço; Complementação de Aposentadoria Especial e de Ex-Combatente; Complementação de Aposentadoria por Idade; Complementação Antecipada de Aposentadoria por Tempo de Serviço, Especial ou Ex-Combatente; Complementação de Aposentadoria por Invalidez; Complementação de Pensão; e Complementação do Abono Anual.
- b) Plano Básico II - estruturado na modalidade de benefício definido, fechado para adesão de novos participantes.
 - Complementação de Aposentadoria por Tempo de Serviço; Complementação de Aposentadoria Especial; Complementação de Aposentadoria por Idade; Complementação Antecipada de Aposentadoria por Tempo de Serviço ou Especial; Complementação de Aposentadoria por Invalidez; Complementação de Pensão; e, Complementação do Abono Anual.
- c) Plano Básico III - estruturado na modalidade de benefício definido, aberto para adesão de novos participantes.
 - Suplementação do Auxílio-doença; Suplementação de Aposentadoria por Invalidez; Suplementação de Pensão por Morte; Abono Anual; e Pecúlio por Morte.

d) Plano Optativo - estruturado na modalidade de contribuição definida, aberto para adesão de novos participantes.

- Renda Mensal Vitalícia com reversão aos dependentes em caso de sua morte.

A partir da data da aposentadoria, o plano optativo torna-se um plano com características de benefício definido.

Situação financeira do plano de benefícios

a) Número de participantes:

O quadro de participantes da Fungrapa, em 31 de dezembro de 2001 e em 31 de dezembro de 2002, apresenta a seguinte composição:

<u>Discriminação</u>	<u>Plano Básico I</u>		<u>Plano Básico II</u>		<u>Plano Básico III e Plano Optativo</u>		<u>Total</u>	
	<u>2001</u>	<u>2002</u>	<u>2001</u>	<u>2002</u>	<u>2001</u>	<u>2002</u>	<u>2001</u>	<u>2002</u>
Participantes ativos	6	4	41	36	2.097	2.186	2.144	2.226
Participantes assistidos	291	291	204	204	6	11	501	506
Pensionistas	<u>14</u>	<u>17</u>	<u>100</u>	<u>114</u>	<u>2</u>	<u>2</u>	<u>116</u>	<u>133</u>
Total	<u>311</u>	<u>312</u>	<u>345</u>	<u>354</u>	<u>2.105</u>	<u>2.199</u>	<u>2.761</u>	<u>2.865</u>

b) Plano de contribuição definida - Plano Optativo

Em 31 de dezembro de 2002, o saldo dos benefícios acumulados referente ao plano de contribuição definida é de R\$ 24.533 (2001 - R\$ 18.646).

O saldo dos benefícios acumulados corresponde ao fundo formado pelas contribuições individuais de cada participante e contribuições das patrocinadoras, acrescidas dos respectivos rendimentos. As contribuições são calculadas anualmente com base no plano de custeio do Plano Optativo.

c) Planos de benefícios definidos - Planos Básico I, II e III

Com base na avaliação atuarial elaborada por atuários independentes em 31 de dezembro de 2002 dos planos de benefícios definidos, seguindo os critérios determinados pela Deliberação CVM nº. 371, o passivo atuarial da Companhia é demonstrado conforme segue:

Premissas atuariais

As principais premissas atuariais na data do balanço (expressas por médias ponderadas) são demonstradas conforme segue:

<u>Plano de benefícios previdenciais</u>	<u>Taxa real</u>		<u>Taxa nominal</u>	
	<u>Plano I e II</u>	<u>Plano III</u>	<u>Plano I e II</u>	<u>Plano III</u>
	<u>%</u>	<u>%</u>	<u>%</u>	<u>%</u>
Taxa de desconto em 31 de dezembro	6,00	6,00	10,24	10,24
Taxa de rendimento esperada s/ativos do plano	6,00	6,00	10,24	10,24
Aumentos salariais futuros	2,00	1,00	6,08	5,04
Aumentos futuros de benefícios	0,00	0,00	0,00	0,00
Taxa de inflação esperada	0,00	0,00	4,00	4,00

Valores reconhecidos no balanço patrimonial:

<u>Plano de benefícios previdenciais</u>	2002				2001	
	<u>Plano I</u>	<u>Plano II</u>	<u>Plano III</u>	<u>Plano acordo</u>		<u>Total</u>
	<u>R\$</u>	<u>R\$</u>	<u>R\$</u>	<u>Resol. no 10</u>	<u>Total</u>	<u>Total</u>
	<u>R\$</u>	<u>R\$</u>	<u>R\$</u>	<u>R\$</u>	<u>R\$</u>	<u>R\$</u>
Valor presente das obrigações com cobertura	67.859	32.242	1.750	12.397	114.248	101.681
Valor justo dos ativos do plano	(68.896)	(34.536)	(2.212)	-	(105.644)	(79.452)
Subtotal	(1.037)	(2.294)	(462)	12.397	8.604	22.229
Parcela não atribuível à Patrocinadora - Lei nº. 109	<u>1.018</u>	<u>1.291</u>	-	-	<u>2.309</u>	<u>2.997</u>
Obrigação a descoberta ou (direito não registrado)	(19)	(1.003)	(462)	12.397	10.913	25.226
Valor do passivo anteriormente reconhecido no balanço patrimonial - confissão de dívida (*)						<u>(14.138)</u>
Valor do passivo adicional a ser reconhecido em 31.12.2001						11.088
Imposto de renda e contribuição social						<u>(3.770)</u>
Valor líquido reconhecido à debito diretamente no patrimônio líquido						<u>7.318</u>

De acordo com permissão contida nas disposições transitórias da Deliberação CVM nº. 371, a Companhia optou por reconhecer diretamente no patrimônio líquido da Companhia, o passivo atuarial de R\$ 7.318 apurado em 31 de dezembro de 2001.

Reconciliação contábil - Passivo:

	2002		
	<u>Delib. CVM 371</u>	<u>Confissão de dívida</u>	<u>Total</u>
	<u>R\$</u>	<u>R\$</u>	<u>R\$</u>
Saldo em 31.12.2001	11.088	14.138	25.226
Despesa do exercício	2.120	2.705	4.825
Pagamentos de contribuições/ dívida	<u>(2.295)</u>	<u>(1.760)</u>	<u>(4.055)</u>
Saldo em 31.12.2002	<u>10.913</u>	<u>15.083</u>	<u>25.996</u>

Contas a pagar para a Fungrapa - Repactuação de dívida (*)

Em 7 de junho de 1996 foi assinado o Instrumento Particular de Confissão de Dívida com a Fungrapa, consolidando dívidas no montante de R\$ 12.727 naquela data. O valor contratado está sendo amortizado em 180 parcelas mensais, atualizadas monetariamente pela variação anual do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC e acrescidas de juros de 0,5% ao mês, com vencimento final para 30 de junho de 2011. O saldo não amortizado em 31 de dezembro de 2002, no montante de R\$ 15.083 (em 31 de dezembro de 2001, R\$ 14.138), está registrado no passivo circulante e exigível a longo prazo, na rubrica outros.

O valor do Termo de Confissão de Dívida é atualizado no final de cada exercício, com base no INPC acumulado.

Contribuições efetuadas no exercício

No exercício findo em 31 de dezembro de 2002 foi destinado à Fungrapa o montante de contribuições no valor de R\$ 2.295 (R\$ 1.834 em 2001), registrado como despesas de pessoal.

Outras informações

No caso de verificação de déficit nos planos de benefícios, este será equacionado conforme estabelecido na legislação vigente.

A relação contributiva por plano de benefícios entre empregados participantes e Companhia, posicionado em 31 de dezembro de 2002, é a seguinte:

<u>Discriminação</u>	<u>Plano Básico I</u>	<u>Plano Básico II</u>	<u>Plano Básico III</u>	<u>Plano Optativo</u>	<u>Média</u>
Participante	0,26	0,18	0,00	10,00	4,31
Celpe	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00

30. SEGUROS

A Companhia mantém apólices de seguros, por montantes considerados suficientes, para cobrir prejuízos causados por eventuais sinistros em seu patrimônio, bem como por reparações em que seja civilmente responsável por danos involuntários, materiais e/ou corporais causados a terceiros decorrentes de suas operações, considerando a natureza de sua atividade. As principais coberturas são:

<u>Risco</u>	<u>Data de vencimento</u>	<u>Importância segurada</u> <u>R\$</u>	<u>Prêmio</u> <u>R\$</u>
Incêndio, raio, explosão, e danos elétricos	30/5/2003	15.000	328
Danos materiais e pessoais	30/4/2003	15.000	243
Roubo colisão danos materiais e pessoais	1/8/2003	6.918	106
Aeronáutico - Responsabilidade civil	15/10/2003	170	1
Aeronáutico - Casco	15/10/2003	114.302	126
Riscos rodoviários	31/12/2003	500	2
Transporte fluvial	5/4/2003	<u>288</u>	<u>8</u>
Subtotal		152.178	814
Morte e acidentes pessoais	31/12/03	<u>72.535</u>	<u>21</u>
Total		<u>224.713</u>	<u>835</u>

Riscos

Riscos operacionais - Na apólice contratada foram destacadas as subestações e usinas nomeando todos os locais segurados, com os respectivos valores em risco e seus limites máximos de indenização.

A apólice possui cobertura securitária, mas sem se limitar a riscos, tais como incêndio, queda de raios e explosão de qualquer natureza, danos elétricos, riscos diversos, equipamentos eletrônicos e de informática, inundação, quebra de máquinas e outros riscos da natureza.

Responsabilidade civil geral - Cobertura dos danos materiais e pessoais causados a terceiros em decorrência das operações comerciais e industriais.

Transportes - Cobertura garantindo os reparos e/ou reposição dos bens de sua propriedade em decorrência de sinistros ocorridos durante os transportes terrestres, aéreos e lacustres destes.

Aeronáutico - Cobertura da aeronave e de danos materiais e/ou corporais causados a terceiros.

Automóveis - Cobertura de colisão, incêndio e roubo (casco) e de danos materiais e pessoais causados a terceiros (RCF) em decorrência de acidentes automobilísticos.

Vida em grupo - Cobertura de morte de qualquer tipo, invalidez permanente total ou parcial, por acidente e invalidez permanente e/ou total por doença ocorridas com empregados.

31. ARRENDAMENTO MERCANTIL

Os principais contratos de arrendamento mercantil, com características de leasing financeiro, estão sumarizados a seguir:

<u>Descrição do Contrato:</u>	<u>Bem</u>		
	<u>Aeronave</u>	<u>Transformador</u>	<u>Transformador</u>
Data	Raytheon Corporation	Leasecorp. El Camino	Banco GE Capital
Data	18/8/1999	28/12/1999	18/4/2000
Prazo	10 anos	4 anos	5 anos
Vida útil econômica do bem	5 anos	40 anos	27 anos
Moeda	US\$	US\$	US\$
Valor presente	US\$ 2.730 mil	US\$ 1.248 mil	US\$ 1.964 mil
Forma de amortização	40 parcelas trim. de US\$ 58 mil (princ.) + juros em função do saldo devedor, sendo a 1ª. em 4/2000 e a última em 1/2010	16 parcelas trim. de US\$ 109 mil, sendo a 1ª. em 3/2000 e a última em 12/2003	60 parcelas mensais US\$ 45 mil, sendo a 1ª. em 6/2000 e a última em 5/2005.
Taxa de juros	Libor + 2,5% a.a.	18,09% a.a.	14,17% a.a.
Valor da opção de compra	R\$ 1.447	R\$ 1.896	R\$ 69
Saldo do valor residual antecipado	R\$ 1.447	R\$ 984	Não há
Contraprestação do exercício	R\$ 935	R\$ 943	R\$ 1.550

Bem
Veículos

<u>Descrição do Contrato:</u>	Sudameris
Data	30/10/2001
Prazo	2 anos
Vida útil econômica do bem	5 anos
Moeda	CDI
Valor presente	R\$ 6.112
Forma de amortização	24 parcelas mensais de R\$ 259 mil atualizadas pela CDI sendo a 1ª. em 11/2001 e a última em 10/2003
Taxa de juros	CDI + 3% a.a.
Valor da opção de compra	R\$ 73
Saldo do valor residual antecipado	Não há
Contraprestação do exercício	R\$ 3.707

32. PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL - REFIS

A Companhia formalizou a opção pelo Programa de Recuperação Fiscal - Refis, instituído pelo Governo Federal através da Lei nº. 9.964, de 10 de abril de 2000, o qual se destina a promover a regularização de débitos tributários e previdenciários vencidos até 29 de fevereiro de 2000, e em 29 de junho de 2000 consolidou os débitos mediante a entrega da Declaração - Refis.

O débito consolidado está sendo pago desde abril de 2000, em parcelas mensais determinadas mediante a aplicação do percentual de 1,2% sobre a receita bruta mensal. As parcelas do débito consolidado pagas no exercício findo em 31 de dezembro de 2002, montam em R\$ 12.470 (principal de R\$ 10.266 e encargos de R\$ 2.204).

Sobre o saldo devedor incidem juros mensais equivalentes à variação da TJLP.

Como garantia do cumprimento de todas as obrigações do Refis foi oferecida carta de fiança da Denerge Desenvolvimento Energético S.A.

A opção pelo Refis implica a obrigatoriedade do pagamento regular dos impostos e contribuições, conforme previsto na legislação. O valor total referente ao Refis é composto por:

<u>Tributo</u>	<u>2002</u>			<u>2001</u>
	<u>Principal</u> <u>R\$</u>	<u>Encargos</u> <u>R\$</u>	<u>Total</u> <u>R\$</u>	<u>Total</u> <u>R\$</u>
Cofins	24.557	6.545	31.102	37.090
IRPJ	4.190	1.117	5.307	6.328
CSLL	134	35	169	202
IRRF	276	74	350	417
INSS	<u>5.559</u>	<u>1.482</u>	<u>7.041</u>	<u>8.395</u>
Total	<u>34.716</u>	<u>9.253</u>	<u>43.969</u>	<u>52.432</u>

33. PROGRAMA LUZ NO CAMPO

O Programa Luz no Campo é um programa de eletrificação rural, o qual tem como objetivo promover a melhoria das condições sócio-econômicas das áreas rurais do País, e está sendo implantado pelo Governo Federal, através do Ministério de Minas e Energia, com o apoio financeiro e técnico da Eletrobrás.

O investimento total estimado do Programa Luz no Campo é de R\$ 126.850, dos quais R\$ 95.137 com recursos da Eletrobrás, R\$ 12.600 com recursos do Governo Estadual, e R\$ 19.113 com recursos da Companhia. Até 31 de dezembro de 2002, foi desembolsado no Programa o montante de R\$ 58.182.

34. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros, os quais encontram-se integralmente registrados em contas patrimoniais. Essas operações destinam-se a atender às suas necessidades quanto a maximização da rentabilidade dos recursos líquidos de caixa, e a captação de recursos necessários para manutenção do capital de giro e suprimento do seu plano de investimentos.

Não foi feita estimativa do valor de mercado de investimentos em empresas de capital fechado por não existir um mercado ativo para aqueles papéis.

A administração da Companhia estima que os valores de mercado dos empréstimos e financiamentos registrados em contas patrimoniais não apresentam diferenças significativas em relação aos reconhecidos nas demonstrações contábeis.

O valor contábil dos instrumentos financeiros referentes aos demais ativos e passivos equivale, aproximadamente, ao seu valor de mercado.

Risco de crédito

A Companhia está obrigada, por força de regulamentação do setor de energia elétrica e por cláusula incluída no contrato de concessão, a fornecer energia elétrica para todos os consumidores localizados na área de concessão. De acordo com a regulamentação do setor de energia elétrica, a Companhia tem o direito de cortar o fornecimento de energia elétrica dos consumidores que deixem de efetuar o pagamento das faturas.

Risco de taxa de câmbio

O endividamento e o resultado das operações da Companhia são afetados significativamente pelo fator de risco de mercado de taxa de câmbio (dólar norte-americano). Em 31 de dezembro de 2002, o saldo total de empréstimos montava em R\$ 477.639, dos quais R\$ 171.709 referem-se a captações em moeda estrangeira.

A Companhia não mantinha transações com instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2002.

Risco de preço

Anualmente as empresas distribuidoras de energia elaboram os pleitos para reajuste das tarifas de energia elétrica com base nas variações dos custos não gerenciáveis (denominados Parcela A) e pela variação do IGP-M para os custos gerenciáveis (denominados Parcela B). Esses pleitos são revisados e homologados pela Aneel. As tarifas de acordo com o contrato de concessão devem garantir o equilíbrio econômico-financeiro da Companhia.

Risco de mercado

As quantidades de energia elétrica compradas pela Companhia são baseadas em estimativa do consumo de energia nos períodos subseqüentes. Parte da energia comprada está contratada através dos denominados contratos iniciais, assinados em período anterior ao da privatização da Companhia, que fixam determinados volumes de compra até o ano de 2002, sendo reduzidos em 25% a partir de 2003 até a sua extinção. A Companhia por sua opção pode efetuar compras através dos denominados contratos bilaterais, para atender a eventual necessidade adicional de energia, por preços e condições negociados com a contraparte. As sobras ou faltas de energia devem ser vendidas ou compradas no mercado de energia no curto prazo (MAE) e, portanto, estão sujeitas a volatilidade dos preços desse mercado.

35. TERMO DE COMPROMISSO

O Termo de Compromisso celebrado com o Governo do Estado do Pará em sua cláusula 3ª. estabelece que 1,5% da receita líquida com vendas de energia elétrica seja investido em obras de interesse sócio-econômico do Estado.

No exercício de 2002, a receita líquida ajustada com vendas de energia elétrica totalizou R\$ 625.008, sendo que 1,5% desse montante totalizou R\$ 9.375 a serem investidos conforme previsto na cláusula 3ª. do Termo de Compromisso.

36. DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO SEGREGADO POR ATIVIDADE

Em atendimento às instruções e orientações da Aneel, apresentamos as demonstrações do resultado, em 31 de dezembro de 2002, das unidades de negócio: Geração (GER), Distribuição (DIS) e Comercialização (COM) que excepcionalmente estão sendo apresentadas em conjunto, conforme Ofício Circular nº. 155/03 (item 2.3, alínea i do anexo) Aneel e atividades não vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica (AV):

	<u>Ger.</u> (*)	<u>Dis./Com.</u> (*)	<u>AV</u> (*)	<u>Total</u>
RECEITA OPERACIONAL BRUTA				
Fornecimento de energia elétrica	966	835.967		836.933
Suprimento de energia elétrica		58.011		58.011
Outras receitas operacionais	<u>56.137</u>	<u>13.606</u>		<u>69.743</u>
Total da receita operacional bruta	<u>57.103</u>	<u>907.584</u>		<u>964.687</u>
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA				
ICMS sobre fornecimento de energia elétrica	-	(202.800)		(202.800)
Quotas para reserva global de reversão	(948)	(14.392)		(15.340)
Impostos e contribuições sobre a receita	<u>(2.151)</u>	<u>(49.645)</u>		<u>(51.796)</u>
Total de deduções da receita operacional bruta	<u>(3.099)</u>	<u>(266.837)</u>		<u>(269.936)</u>
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	<u>54.004</u>	<u>640.747</u>		<u>694.751</u>
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA				
Energia elétrica comprada para revenda		(227.051)		(227.051)
Encargo de uso do sist. de transm. e distribuição	-	(48.827)		(48.827)
Total do custo do serviço de energia elétrica	<u>-</u>	<u>(275.878)</u>		<u>(275.878)</u>
CUSTO DE OPERAÇÃO				
Pessoal	(1.376)	(43.571)		(44.947)
Material	(529)	(5.574)		(6.103)
Matéria-prima e ins. p/produção de energia elétrica	(61.490)			(61.490)
Serviços de terceiros	(20.486)	(48.071)		(68.557)
Depreciação e amortização	(2.764)	(44.523)		(47.287)
Arrendamentos e aluguéis	(20)	(5.459)		(5.479)
Outros	<u>(55)</u>	<u>(4.796)</u>		<u>(4.851)</u>
Total do custo de operação	<u>(86.720)</u>	<u>(151.994)</u>		<u>(238.714)</u>
CUSTO DO SERVIÇO PRESTADO A TERCEIROS	-	(7.909)		(7.909)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO	<u>(32.716)</u>	<u>204.966</u>		<u>172.250</u>
DESPESAS OPERACIONAIS				
Despesas gerais e administrativas	(11.620)	(64.325)		(75.945)
Outras despesas operacionais	<u>1.693</u>	<u>(7.088)</u>	(74)	<u>(5.469)</u>
Total de despesas operacionais	<u>(9.927)</u>	<u>(71.413)</u>	(74)	<u>(81.414)</u>
RESULTADO DO SERVIÇO	<u>(42.643)</u>	<u>133.553</u>	(74)	<u>90.836</u>
Resultado de participações societárias			(2.274)	(2.274)
Despesa financeira	(15.895)	(115.988)		(131.883)
RESULTADO OPERACIONAL	<u>(58.538)</u>	<u>17.565</u>	<u>(2.348)</u>	<u>(43.321)</u>
RESULTADO NÃO OPERACIONAL				
Receita não operacional	875	5.894	-	6.769
Despesa não operacional	<u>(466)</u>	<u>(3.927)</u>	-	<u>(4.393)</u>
Total do resultado não operacional	<u>409</u>	<u>1.967</u>	-	<u>2.376</u>
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO IR E CONTRIB. SOCIAL	<u>(58.129)</u>	<u>19.532</u>	<u>(2.348)</u>	<u>(40.945)</u>
Total do imposto de renda e contribuição social	(439)	2.791	-	2.352
PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	<u>(58.568)</u>	<u>22.323</u>	<u>(2.348)</u>	<u>(38.593)</u>

(*) Informações não auditadas.

37. EVENTOS SUBSEQÜENTES

a) Liquidação dos valores referente a energia de curto prazo

Em 3 e em 30 de janeiro de 2003 e em 13 e 26 de fevereiro de 2003, o MAE procedeu à liquidação financeira parcial das transações de compra e venda de energia no mercado de curto prazo relativas ao período de setembro de 2000 a setembro de 2002, outubro, novembro e dezembro de 2002, respectivamente, sendo que a Companhia recebeu o montante aproximado de R\$ 8.814, correspondente a 33% do saldo líquido a receber. De acordo com as regras desse mercado, o saldo a receber não liquidado no montante de R\$ 17.619 deverá ser negociado bilateralmente entre as empresas do setor.

b) Renegociação de dívidas

O Grupo Rede, da qual a Companhia é integrante, efetuou o refinanciamento das dívidas de curto prazo em virtude da redução da demanda por energia elétrica nos anos de 2001 e 2002, causado pelo racionamento compulsório de energia elétrica determinado pelo Governo Federal. Em virtude dessa redução na demanda, houve necessidade de rever as projeções de geração de caixa.

O Grupo Rede elaborou um plano de reestruturação financeira com suporte do BNDES (na qual a Companhia é interveniente obrigado) e outras instituições financeiras credoras. Em 16 de dezembro de 2002, a Diretoria do BNDES aprovou o plano.

Algumas decisões tomadas com relação ao plano de reestruturação financeira:

- Em 9 de janeiro de 2003, a empresa relacionada Centrais Elétricas Matogrossenses S.A - CEMAT, assinou Cédula de Crédito Industrial com o BNDES no montante de até R\$ 320.000, a título de adiantamento para futura subscrição de debêntures não conversíveis. O valor liberado deverá ser utilizado para a liquidação de diversos empréstimos com vencimento no ano de 2003.
- Na assembléia geral extraordinária da CEMAT de 12 de março de 2003, foi aprovada a emissão de debêntures simples, nominativas e escriturais de R\$ 516.000, atualizadas pelo IGP-M e farão jus a remuneração de 12% ao ano, com prazos de vencimento variando de 84 a 93 meses contados da data de emissão, prevista para 15 de abril de 2003.

Outras características do plano de reestruturação financeira que merecem destaque são:

- A renegociação de cláusulas restritivas constantes nos contratos firmados com o BNDES;
 - Outras instituições financeiras credoras do Grupo Rede em decorrência de contratos de “capital de giro” e “conta garantida” aceitaram renegociar os respectivos prazos de vencimento, estabelecendo-se 6 meses de carência e 42 meses para amortização. Esses créditos totalizam aproximadamente R\$ 120.000.
 - Em dezembro de 2002, repactuaram-se créditos decorrentes da 3ª. emissão das debêntures da Caiuá Serviços de Eletricidade S.A. no valor de R\$ 114.000. Os debenturistas aceitaram dilatar o prazo de vencimento para dezembro de 2007 com amortizações programadas para dezembro de 2005, 2006 e 2007, e substituíram o indexador de atualização para o IGP-M, estabelecendo remuneração das debêntures em juros de 12,5% a.a.;
 - O Grupo Rede comprometeu-se a desmobilizar ativos da ordem de R\$ 400.000 até o final de 2004 e cumprir algumas obrigações de desempenho financeiro e de gestão empresarial.
 - A CSW Vale, L.L.C (CSW) também aderiu a este processo mediante o compromisso de não exercer a opção prevista no Acordo de Acionistas, de venda da sua participação no capital das empresas relacionadas Empresa Elétrica Vale Paranapanema S.A. - EEVP e Caiuá Serviços de Eletricidade S.A, até a ocorrência do primeiro dos seguintes eventos: (i) índice consolidado Dívida Líquida/EBITDA for igual ou menor a 2,5, calculado com base no último demonstrativo trimestral ou anual auditado da EEVP ou outra tal equivalente empresa controladora de topo ou primeiro nível, incluindo-se no cálculo da dívida líquida o endividamento adicional incorporado com o exercício da referida opção de venda; e (ii) 31 de março de 2007.
-

CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ S.A. - CELPA

BALANÇOS PATRIMONIAIS

LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2002 E DE 2001

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

<u>ATIVO</u>	<u>2002</u> <u>R\$</u>	<u>2001</u> <u>R\$</u>	<u>PASSIVO</u>	<u>2002</u> <u>R\$</u>	<u>2001</u> <u>R\$</u>
CIRCULANTE			CIRCULANTE		
Numerário disponível	17.449	8.697	Fornecedores	65.518	155.586
Aplicações no mercado aberto	7.858	42.181	Folha de pagamento	1.446	1.294
Consumidores	225.988	231.824	Tributos e contribuições sociais e parcelamentos	129.459	68.716
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(16.692)	(17.525)	Dividendos propostos	4.535	9.053
Tributos e contribuições sociais a compensar	4.056	7.494	Empréstimos e financiamentos	112.801	106.378
Estoque	14.114	13.984	Encargos de dívidas	4.387	7.554
Serviços em curso	10.085	6.452	Taxas regulamentares	22.776	9.778
Despesas pagas antecipadamente	3.070	134	Obrigações estimadas	8.454	11.091
Outros	28.900	15.534	Outros	29.878	27.167
Total do circulante	<u>294.828</u>	<u>308.775</u>	Total do circulante	<u>379.254</u>	<u>396.617</u>
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO			EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		
Consumidores	105.905	127.723	Fornecedores	44.656	30.378
Empresas relacionadas	164.921	128.998	Empréstimos e financiamentos	360.451	280.336
Cauções e depósitos vinculados	22.781	12.431	Empresas relacionadas		30.541
Depósitos judiciais	8.766	9.027	Parcelamento de impostos e contribuições	32.046	43.866
Créditos tributários diferidos	98.243	95.773	Taxas regulamentares	9.735	
Despesas pagas antecipadamente	2.343	1.943	Provisão para passivos contingentes	56.118	59.349
Outros	9.935	2.738	Plano de aposentadoria e pensão	10.913	11.088
Total do realizável a longo prazo	<u>412.894</u>	<u>378.633</u>	Encargos tributários s/reserva de reavaliação	138.816	146.356
PERMANENTE			Outros	23.084	28.515
Investimentos	79.596	82.785	Total do exigível a longo prazo	<u>675.819</u>	<u>630.429</u>
Imobilizado - líquido	1.106.041	1.122.683	PATRIMÔNIO LÍQUIDO E RECURSOS		
Diferido - líquido	8.721	22.190	DESTINADOS PARA AUMENTO		
Total do permanente	<u>1.194.358</u>	<u>1.227.658</u>	DE CAPITAL		
			Capital social	518.932	518.932
			Reservas de capital	37.988	38.176
			Reserva de reavaliação	275.250	289.888
			Reservas de lucros	11.915	38.102
			Total do patrimônio líquido	<u>844.085</u>	<u>885.098</u>
			Recursos destinados para aumento de capital	2.922	2.922
			Total do patrimônio líquido e recursos		
			destinados para aumento de capital	<u>847.007</u>	<u>888.020</u>
TOTAL	<u><u>1.902.080</u></u>	<u><u>1.915.066</u></u>	TOTAL	<u><u>1.902.080</u></u>	<u><u>1.915.066</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ S.A. - CELPA

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
 PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2002 E DE 2001
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto lucro (prejuízo) líquido por ação)

	<u>2002</u>	<u>2001</u>
	<u>R\$</u>	<u>R\$</u>
RECEITA OPERACIONAL BRUTA		
Fornecimento de energia elétrica	836.933	857.572
Suprimento de energia elétrica	58.011	115.811
Conta de Consumo de Combustível - CCC	56.131	43.288
Outras receitas	13.612	19.986
Total da receita operacional bruta	<u>964.687</u>	<u>1.036.657</u>
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA		
ICMS	(202.800)	(173.199)
PIS	(7.546)	(6.327)
Cofins	(29.467)	(29.203)
Quota para Reserva Global de Reversão - RGR	(15.340)	(14.177)
Outras	(14.783)	(382)
Total de deduções da receita operacional	<u>(269.936)</u>	<u>(223.288)</u>
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	<u>694.751</u>	<u>813.369</u>
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA		
Energia elétrica comprada para revenda	(227.051)	(299.970)
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição	(48.827)	(40.773)
Total do custo do serviço de energia elétrica	<u>(275.878)</u>	<u>(340.743)</u>
CUSTO DE OPERAÇÃO		
Pessoal	(44.947)	(54.846)
Material	(6.103)	(5.264)
Matéria-prima e insumos para produção de energia elétrica	(61.490)	(48.274)
Serviço de terceiro	(68.557)	(65.117)
Depreciação e amortização	(47.287)	(46.516)
Arrendamento e aluguéis	(5.479)	(3.935)
Outros	(4.851)	(4.096)
Total do custo de operação	<u>(238.714)</u>	<u>(228.048)</u>
Custo do serviço prestado a terceiros	(7.909)	(5.839)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO	<u>172.250</u>	<u>238.739</u>
DESPESAS OPERACIONAIS		
Despesas gerais e administrativas	(75.945)	(78.539)
Outras despesas operacionais	(5.469)	(28.946)
Total de despesas operacionais	<u>(81.414)</u>	<u>(107.485)</u>
RESULTADO DO SERVIÇO	<u>90.836</u>	<u>131.254</u>
RESULTADO DE PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA	(2.274)	(268)
RECEITA (DESPESA) FINANCEIRA		
Renda de aplicações financeiras	4.646	8.973
Acréscimos moratórios - Energia vendida	9.715	8.487
Encargos de dívidas	(32.916)	(47.769)
Variação monetária e acréscimos moratórios - Energia comprada	(34.719)	(524)
Variação monetária - Líquida	(65.637)	(4.099)
Variação cambial diferida	(13.469)	(14.296)
Perda com títulos e valores mobiliários alienados		(34.361)
Outras	497	(12.605)
Total de receita (despesa) financeira	<u>(131.883)</u>	<u>(96.194)</u>
RESULTADO OPERACIONAL	<u>(43.321)</u>	<u>34.792</u>
Receita não operacional	6.769	6.968
Despesa não operacional	(4.393)	(11.617)
Resultado não operacional	<u>2.376</u>	<u>(4.649)</u>
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO IR E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	<u>(40.945)</u>	<u>30.143</u>
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		
Corrente	(7.658)	(5.386)
Diferido	10.010	(5.848)
Total do imposto de renda e contribuição social	<u>2.352</u>	<u>(11.234)</u>
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	<u>(38.593)</u>	<u>18.909</u>
LUCRO (PREJUÍZO) POR LOTE DE MIL AÇÕES - R\$	<u>(R\$ 0,60)</u>	<u>R\$ 0,30</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ S.A. - CELPA

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2002 E DE 2001 (*)
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	<u>Capital social</u> <u>R\$</u>	<u>Reservas de capital</u> <u>R\$</u>	<u>Reserva de reavaliação</u> <u>R\$</u>	<u>Reservas de lucros</u> <u>R\$</u>	<u>Lucros (prejuízos) acumulados</u> <u>R\$</u>	<u>Total do patrimônio líquido</u> <u>R\$</u>	<u>Recursos destinados para aumento de capital</u> <u>R\$</u>	<u>Total</u> <u>R\$</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2000	518.932	35.099		28.910		582.941	2.922	585.863
Ajuste do plano de aposentadoria - Deliberação CVM nº. 371 de 13/12/2000					(7.318)	(7.318)		(7.318)
Compensação de reservas				(7.318)	7.318			
Doações e subvenções - Incentivos fiscais - IR		281				281		281
Complemento de dividendos - AGO/E de 21/4/2001				(2.231)		(2.231)		(2.231)
Remuneração das imobilizações em curso		2.796				2.796		2.796
Reavaliação de bens do ativo imobilizado, conforme AGE de 26/9/2001			444.977			444.977		444.977
Encargos tributários s/reserva de reavaliação			(149.325)			(149.325)		(149.325)
Realização da reserva de reavaliação			(5.764)		5.764			
Lucro líquido do exercício					18.909	18.909		18.909
Reserva legal				945	(945)			
Dividendos propostos					(5.932)	(5.932)		(5.932)
Retenção de lucros				17.796	(17.796)			
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2001	<u>518.932</u>	<u>38.176</u>	<u>289.888</u>	<u>38.102</u>	<u>-</u>	<u>885.098</u>	<u>2.922</u>	<u>888.020</u>
Remuneração das imobilizações em curso		(188)				(188)		(188)
Realização da reserva de reavaliação			(14.638)		14.638			
Prejuízo do exercício					(38.593)	(38.593)		(38.593)
Dividendos propostos					(2.232)	(2.232)		(2.232)
Absorção de prejuízos				(26.187)	26.187			
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2002	<u>518.932</u>	<u>37.988</u>	<u>275.250</u>	<u>11.915</u>	<u>-</u>	<u>844.085</u>	<u>2.922</u>	<u>847.007</u>

(*) Inclui a movimentação dos recursos destinados para aumento de capital.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ S.A. - CELPA

DEMONSTRAÇÕES DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2002 E DE 2001
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	<u>2002</u>	<u>2001</u>
	<u>R\$</u>	<u>R\$</u>
ORIGENS DE RECURSOS		
Das operações:		
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(38.593)	18.909
Receitas (despesas) que não afetam o capital circulante		
Depreciação e amortização	51.705	49.766
Despesas (receitas) financeiras do realizável e exigível a longo prazo - líquida	33.081	19.160
Baixa do ativo imobilizado	27.795	36.369
Alienação de títulos e valores mobiliários		90.366
Amortização/baixa da variação cambial diferida	13.469	14.296
Créditos fiscais diferidos	(2.470)	8.817
Tributos sobre realização da reserva de reavaliação	(7.540)	(2.969)
Recomposição tarifária extraordinária	40.045	(95.729)
Provisão para contingências - líquidas das reversões	(9.781)	(2.784)
Resultado de participações societárias	2.274	268
Fundos de pensão	(175)	
Outros	40	101
Total oriundo das operações	<u>109.850</u>	<u>136.570</u>
De terceiros:		
Transferência para o ativo circulante de valores a longo prazo	17.747	168.396
Redução (líquida) de mútuos ativos		5.336
Aumento do exigível a longo prazo	86.527	54.136
Adição (líquida) de mútuos passivos		28.881
Empréstimos e financiamentos	75.610	28.030
Obrigações vinculadas a concessão	4.962	5.689
Incentivos fiscais		281
	<u>184.846</u>	<u>290.749</u>
Total das origens	<u>294.696</u>	<u>427.319</u>
APLICAÇÕES DE RECURSOS		
No ativo permanente e realizável a longo prazo		
Aumento do realizável a longo prazo	14.089	200.557
Adição (líquida) de mútuos ativos	94.776	
Aquisições do imobilizado	67.200	89.848
Aumento do investimento	526	10.978
Aumento do diferido		36.486
No exigível a longo prazo:		
Transferência para o passivo circulante de valores a longo prazo	81.778	187.879
Redução (líquida) de mútuos passivos	30.679	
Dividendos propostos	2.232	8.163
Total das aplicações	<u>291.280</u>	<u>533.911</u>
AUMENTO (REDUÇÃO) DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO	<u>3.416</u>	<u>(106.592)</u>
VARIAÇÃO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO		
Ativo circulante:		
No início do exercício	308.775	238.365
No final do exercício	294.828	308.775
	(13.947)	70.410
Passivo circulante:		
No início do exercício	396.617	219.615
No final do exercício	379.254	396.617
	(17.363)	177.002
AUMENTO (REDUÇÃO) DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO	<u>3.416</u>	<u>(106.592)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO BALANÇO SOCIAL - 2002

CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ S.A. - CELPA

(Valores expressos em milhares de Reais)

	2002			2001		
	R\$ MIL	% sobre		R\$ MIL	% sobre	
1. Base de cálculo						
Receita Líquida (RL)	694.751			813.369		
Resultado Operacional (RO)	(43.321)			34.792		
Folha de Pagamento Bruta (FPB)	75.192			93.253		
2. Indicadores sociais internos						
	R\$ MIL	FPB	RL	R\$ MIL	FPB	RL
Alimentação - auxílio alimentação e outros	5.272	7,0	0,8	4.649	5,0	0,6
Encargos sociais compulsórios	15.166	20,2	2,2	23.933	25,7	2,9
Entidade de previdência privada	3.268	4,3	0,5	2.599	2,8	0,3
Saúde-convênio assistencial e outros benefícios	991	1,3	0,1	789	0,8	0,1
Segurança no trabalho - CIPA e exames periódicos	656	0,9	0,1	1.653	1,8	0,2
Educação - auxílio educação	171	0,2	0,0	62	0,1	0,0
Capacitação e desenvolvimento profissional	223	0,3	0,0	393	0,4	0,1
Auxílio creche	417	0,6	0,1	236	0,3	0,0
Vale transporte - excedente	316	0,4	0,0	158	0,2	0,0
Outros benefícios	182	0,2	0,0	180	0,2	0,0
Total indicadores sociais internos	26.662	35,4	3,8	34.652	37,3	4,2
	R\$ MIL	RO	RL	R\$ MIL	RO	RL
3. Indicadores sociais externos						
Educação - Fundação Aquarela	480	0,0	0,1	234	0,7	0,0
Cultura	722	0,0	0,1	957	2,8	0,1
Esporte e lazer	14	0,0	0,0	10	0,0	0,0
Doações / contribuições	157	0,0	0,0	56	0,2	0,0
Total de contribuições para a sociedade	1.373	0,0	0,2	1.257	3,7	0,1
Tributos (excluídos encargos sociais)	294.051	0,0	42,3	258.824	743,9	31,8
Total indicadores sociais externos	295.424	0,0	42,5	260.081	747,6	31,9
	R\$ MIL	RO	RL	R\$ MIL	RO	RL
4. Indicadores ambientais						
Programa Social de Eletricidade Rural	21.889	0,0	3,2	23.636	67,9	2,9
Programa de eficiência energética	2.898	0,0	0,4	5.568	16,0	0,7
Programa de pesquisa e desenvolvimento	2.539	0,0	0,4	2.136	6,1	0,3
Outros	253	0,0	0,0	102	0,3	0,0
Total dos investimentos sociais	27.579	0,0	4,0	31.442	90,3	3,9
5. Indicadores do corpo funcional						
	2002			2001		
	em unidades			em unidades		
Nº. de empregados no final do período	2.422			2.430		
Escolaridade dos empregados :						
Superior e extensão universitária	660			680		
2º. grau	1.446			1.530		
1º. grau	316			220		
Faixa etária dos empregados:						
Abaixo de 30 anos	869			905		
De 30 até 45 anos (exclusive)	1.218			1.211		
Acima de 45 anos	335			314		
Nº. de admissões durante o período	215			465		
Nº. de mulheres que trabalham na empresa	623			638		
% de cargos gerenciais ocupado por mulheres em relação ao nº. total de mulheres	3,37			5,48		
% de cargos gerenciais ocupado por mulheres em relação ao nº. total de gerentes	16,41			14,28		
Nº. de negros que trabalham na empresa	67			63		
% de cargos gerenciais ocupado por negros em relação ao nº. total de negros	1,49			4,76		
% de cargos gerenciais ocupado por negros em relação ao nº. total de gerentes	0,78			1,22		
Nº. de empregados portadores de deficiência física	122			124		
Nº. de dependentes	5.039			4.962		
Nº. de estagiários	66			61		
Nº. de empregados terceirizados / temporários	1.716			1.565		

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - EXERCÍCIO 2002

Senhores Acionistas,

A Administração das Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA, em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de Vossas Senhorias as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2002, compostas pelo Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado, Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos e das Mutações do Patrimônio Líquido, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes e Parecer do Conselho Fiscal.

MERCADO CONSUMIDOR DE ENERGIA ELÉTRICA

Para a análise da evolução do Mercado de 2002 há que se considerar os efeitos do programa de racionamento de energia elétrica, que gerou mudanças de hábitos de Consumo com uso racional de energia por parte dos consumidores, em especial os da classe residencial. Apesar destes efeitos, o mercado da CELPA continua crescendo e o fornecimento de energia neste exercício, atingiu o mesmo patamar daquele verificado no ano de 2000.

No ano 2002, o consumo de energia elétrica na área de concessão da CELPA, foi de 3.835.371 MWh, registrando um crescimento de 4,8% em relação ao exercício de 2001.

A classe residencial, a mais representativa dentro da estrutura de mercado da Celpa, com 88,3% do número total de consumidores, responsável por 39,0% do total da energia fornecida pela companhia, apresentou um crescimento 2,1% em relação ao verificado no exercício de 2001.

A classe comercial a segunda mais representativa com participação de 22,0% no total da energia fornecida pela concessionária, apresentou um crescimento de 3,7% em relação ao ano de 2001.

A classe de consumo industrial, a terceira mais representativa com 19,9% do consumo total de 2002, apresentou excelente desempenho, registrando em 2002 um total de 763.923 MWh, correspondendo a um crescimento de 8,5% em relação a 2001. Este desempenho é resultado principalmente do incremento de novas cargas ocorridas durante o ano.

Em 2002, a Empresa registrou um número total de 1.124.084 unidades consumidoras, com crescimento de 7,6% em relação ao ano anterior, correspondendo a 79.705 novas unidades atendidas durante o ano.

A CELPA encerrou o ano mantendo a qualidade e a confiabilidade da oferta de energia no Estado, através de suas áreas de geração dieselétrica, transmissão e distribuição de energia que atendem aos 143 municípios do Estado do Pará, abrangendo uma população da ordem 5,0 milhões de habitantes.

ÍNDICE DE PERDA DE ENERGIA ELÉTRICA

Desde 1998, a concessionária vem realizando elevados investimentos visando reduzir os índices de perdas técnicas e comerciais de energia elétrica. A partir de 1999 e até a implantação do Programa Emergencial de Redução de Consumo de Energia em 2001, estas perdas foram reduzidas significativamente. Posteriormente, o índice de perdas voltou a elevar-se, apesar de todos os esforços da companhia com intuito de reduzi-lo. Esta elevação resultou do aumento de procedimentos irregulares, objetivando evitar as sobretaxas e cortes de energia previstos nas Resoluções da Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica.

Em 2002, o índice de perdas, voltou a cair a partir do mês de agosto, fechando o ano em 21,37% contra 22,05% registrado no ano anterior.

ATENDIMENTO AO CONSUMIDOR - ÁREA COMERCIAL

No ano de 2002, foram implementadas diversas ações dos serviços inerentes a área comercial, resultando em melhorias no atendimento, e conseqüentemente, suprimindo as demandas dos nossos clientes, bem como elevando a imagem da empresa junto aos órgãos de Fiscalização e Controle, e de Defesa dos Consumidores, dentre as quais destacamos:

- Implantação do Ranking das Agências cujo objetivo maior é tornar mais eficaz o atendimento prestado pelas agências da concessionária a seus clientes; foram criadas também sistemáticas para avaliar através de métodos comparativos os resultados obtidos nos índices de perdas, arrecadação/faturamento e religação /corte praticados por agências do mesmo porte localizadas em diferentes regiões do estado
- Implantação de 04 (quatro) novas agências de atendimentos
- Inspeção, pela área de controle comercial da Concessionária, em 31 agências espalhadas em diversas regiões do estado durante o ano de 2002, visando a uniformização dos procedimentos comerciais praticados na empresa, observando e corrigindo a aplicação das normas e procedimentos internos, fazendo cumprir a legislação do setor e as determinações emanadas pelo Poder Concedente, conseguindo-se com isso, uma otimização na qualidade dos serviços prestados aos clientes.
- Treinamento de empregados das Áreas Comerciais, incluindo todas as regionais, sobre as Resoluções pertinentes ao Baixa Renda e Condições Gerais de Fornecimento de Energia Elétrica, Resolução ANEEL nº 456/00;
- Emissão de 855 Contratos de Fornecimento de Energia Elétrica de Consumidores do Grupo A, reduzindo para 6% o número de consumidores sem Contrato;
- Avaliação da programação efetivada em 570 registradores instalados em unidades consumidoras do Grupo A, efetivamente faturadas em tarifa horosazonal;
- Aquisição de 22.550 novos medidores de energia para atendimento a consumidores;
- Redistribuição dos consumidores de Alta-tensão, passando de 5 Etapas para 18 Etapas;

- Implantação do controle de qualidade do faturamento.

Em 2002, o índice de Duração Equivalente por Consumidor - DEC e o índice de Frequência Equivalente de Interrupção por Consumidor – FEC, foram de 32,87 e 38,36, respectivamente.

De uma forma geral, o DEC e o FEC anual do sistema CELPA, permaneceram estáveis durante todo o exercício, comparado com o ano anterior.

Verificou-se que os índices de continuidade da distribuição na maioria dos conjuntos, não apresentaram alterações consideráveis quando comparados com o ano anterior, sendo que a contribuição dos sistemas de transmissão e distribuição próprios da CELPA, para composição do índice anual, passaram de 82% em dez/2001, para 75% em dez/2002, demonstrando uma melhora nestes sistemas. Ressalte-se entretanto, que as interrupções de origem da Eletronorte (supridora de energia) aumentaram em relação aos verificados no ano de 2001, passando sua contribuição, na composição final dos índices DEC e FEC, de 18% para 25% e de 12% para 27%, respectivamente.

COMPORTAMENTO DAS TARIFAS DE ENERGIA ELÉTRICA

As tarifas de fornecimento da CELPA foram reajustadas ordinariamente pelo Poder Concedente, através da Resolução ANEEL nº 418/02 de 06 de agosto de 2002 em uma única parcela de 11,01%, aplicada em 06 de agosto de 2002.

Ressalte-se que o referido reposicionamento tarifário, contemplou os efeitos das variações dos custos não gerenciáveis e os gastos com o aumento da Tarifa de Suprimentos, a qual sofreu um reajuste de 7,42% autorizado pelas Resolução ANEEL nº 416/02 de 06 de agosto de 2002.

DESEMPENHO ECONÔMICO – FINANCEIRO

A receita operacional líquida do exercício decresceu em 14,6% em relação a receita verificada no exercício de 2001, tal redução ocorreu basicamente em função da contabilização no ano de 2001, da receita não faturada referente a perda de margem (acionamento de energia) no montante de R\$ 127,6 milhões e também do estorno realizado na referida receita no ano de 2002, no montante de R\$ 40,0 milhões, com objetivo de atender a Resolução ANEEL 480/02 de 29 de agosto de 2002.

Excluindo o efeito da contabilização do racionamento de energia, verifica-se um crescimento na receita operacional líquida da empresa na ordem de 11,9%, resultado do reajuste tarifário no exercício de 11,01%, da redução de perdas de energia de 0,68 pontos percentuais, passando de 22,05% em dezembro de 2001, para 21,37% em dezembro de 2002, e finalmente do aumento do mercado de fornecimento de energia elétrica em 4,8%.

O custo do serviço, composto de compra de energia e encargos de uso do sistema de transmissão atingiu R\$ 275,9 milhões, inferiores em 19,0% ao verificado em 2001. O custo de operação de R\$ 238,7 milhões verificado em 2002, ficou R\$ 10,7 milhões superior quando comparado ao exercício de 2001.

O resultado do serviço foi de R\$ 90,8 milhões, contra R\$ 131,3 milhões no verificado ano anterior.

O saldo negativo do resultado financeiro, foi de R\$ 131,9 milhões, decorrente basicamente, da incidência dos encargos financeiros e das variações monetárias e cambiais sobre as dívidas dos empréstimos e financiamentos, em valor superior à receita financeira auferida no exercício de 2002.

Em função dos fatores evidenciados, a empresa registrou um prejuízo de R\$ 38,6 milhões, no exercício de 2.002.

CAPTAÇÃO DE RECURSOS

A Empresa captou recursos junto a diversas instituições financeiras e ELETROBRÁS, com o objetivo de financiar o programa de investimentos e proporcionar reforço ao capital de giro. Dentre as captações realizadas destacamos:

- Liberação de ELETROBRÁS de R\$ 17,3 milhões, para realização de um conjunto de obras de investimento, vinculadas ao programa “Luz no Campo”;
- Liberação de R\$ 79,7 milhões junto ao BNDES, visando suprir parte da insuficiência de recursos da empresa, decorrente do Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica.
- Renovações e novas contratações de recursos para capital de giro, da ordem de R\$ 34,2 milhões junto a diversas instituições financeiras.
- Operações de FINAME no montante de R\$ 424,4 mil .

INVESTIMENTOS

O programa de investimentos da CELPA efetivado no exercício de 2002, totalizou um montante de R\$ 67,2 milhões, priorizando a execução de projetos que possibilitassem a viabilização de um melhor atendimento no fornecimento de energia elétrica à coletividade do Estado do Pará. Neste sentido, destacamos a continuidade dos programas “LUZ NO CAMPO” e “MEDIÇÃO ÀS CLARAS” .

No projeto Luz no Campo, cuja característica principal é a eletrificação rural, foram investidos R\$ 21,9 milhões, com a implantação de 18.855 postes em Redes de Distribuição Rural (RDR’S) e Redes de Distribuição Urbana (RDU’S), em 221 localidades e 65 municípios.

No projeto Medição às Claras, cuja característica principal é a redução do índice de perdas de energia elétrica, foram investidos R\$ 4,7 milhões, aplicados na instalação de 25.550 medidores, totalizando 535.882 unidades consumidoras já medidas por essa nova tecnologia, desde o início do projeto.

Nos demais investimentos realizados pela empresa, cujo montante aplicado foi de R\$ 41,1 milhões, destacam-se a Implantação das SE Itacaiunas no município de Marabá e da SE Eldorado no município de Eldorado dos Carajás com incrementos no sistema atual da Celpe de 10 e 18,5 MVA respectivamente, trazendo como consequência um aumento da confiabilidade do sistema que atende a demanda do distrito industrial de Marabá, bem como um atendimento com melhor qualidade aos municípios de Eldorado dos Carajás, Curionópolis, Parauapebas e Serra Pelada, beneficiando aproximadamente 22.000 habitantes das referidas regiões. Destaca-se ainda o programa de Pesquisa e Desenvolvimento em Eficiência Energética - P&D, instituído através da Lei 9.991/2000, que confere às concessionárias de distribuição a responsabilidade de aplicar parte da sua receita líquida em projetos que visam a melhoria da qualidade no fornecimento de energia aos consumidores, a redução de perdas elétricas e a busca de energia alternativa. Ressalte-se que estão em execução 08 projetos, através de conceituadas instituições de pesquisa locais e de outros estados do país.

ADMINISTRAÇÃO E ASPECTOS GERAIS

Mesmo diante das dificuldades pelas quais atravessam as concessionárias distribuidoras de Energia Elétrica, a empresa tem mantido sua política em relação aos seus recursos humanos, através da manutenção dos postos de trabalho, preservação dos salários e benefícios, capacitação e desenvolvimento dos seus empregados.

A busca pela excelência na prestação dos serviços, pelo aumento da satisfação dos clientes e pela redução de perdas, tem sido a prioridade da empresa na capacitação de seus Recursos Humanos.

Como fruto dessa estratégia, no ano de 2002 a empresa foi contemplada e indicada para os seguintes prêmios:

- 2º Lugar do Prêmio FINEP de Inovação Tecnológica 2002, na Região Norte, na categoria Produto;
- Certificado de Mérito e Destaque conferido pela ABPA – Associação Brasileira de Prevenção de Acidentes, na categoria grandes empresas, pela redução significativa na Taxa de Gravidade dos Acidentes;
- Indicada como empresa Finalista/2002 no Prêmio Fundação COGE com o Programa de Valorização dos Aposentados Qualidade de Vida na Maturidade.
- Prêmio Top Social ADVB Pará 2002, com o Programa de Valorização dos Aposentados Qualidade de Vida na Maturidade.

O quadro de pessoal próprio permaneceu estável durante o ano de 2002, passando de 2.430 colaboradores em 2001 para 2.422 em 2002.

A força total de trabalho da empresa apresentou um crescimento de 3,58% em relação ao ano anterior, passando de 3.995 para 4.138 colaboradores.

O desempenho da empresa pode ser avaliado através dos índices abaixo:

Indicadores	2002	2001
Consumidor por empregado	464	430
Consumo (MWh) por empregado	1.584	1.506
Consumo (MWh) por consumidor	3,4	3,5
Receita Bruta (R\$ mil) por empregado	398	427
Receita Bruta (R\$ mil) por consumidor	0,86	0,99

EVENTOS SUBSEQUENTES

A concessionária, iniciou em 07 de agosto do exercício findo o processo da sua primeira Revisão Tarifária Periódica, que resultará no reposicionamento das tarifas praticadas em nível compatível com equilíbrio econômico financeiro do seu contrato de concessão, com vigência a partir de 07 de agosto de 2003 e na fixação de sua nova estrutura tarifária.

Em 16 de dezembro de 2002, a diretoria do BNDES, aprovou formalmente o plano de reestruturação financeira para as empresas da REDE, visando o refinanciamento de diversas parcelas de principal com vencimentos em 2002 e 2003 junto a esta instituição financeira, além de outros financiamentos junto aos bancos Unibanco e BBA-Creditanstalt. Para viabilizar esta operação será emitida no primeiro semestre de 2003, uma debênture simples na CEMAT, no montante de R\$ 516 milhões. Outros credores também aderiram a este processo, aceitando renegociar os prazos de vencimentos de seus créditos. Este elenco de medidas encontram-se em análise do órgão regulador - ANEEL.

A reestruturação financeira se faz necessária em virtude dos impactos econômico-financeiros, provocados pelo racionamento de energia e pela variação cambial, visando sobretudo adequar o perfil a dívida com fluxo de caixa após o impacto destes eventos.

SERVIÇOS PRESTADOS PELOS AUDITORES INDEPENDENTES

Os serviços executados pelos auditores externos, ao longo deste exercício social referem-se somente à auditoria das demonstrações financeiras da companhia.

AGRADECIMENTOS

Nossos agradecimentos aos Senhores Acionistas, Consumidores, Governos Federal, Estadual e Municipais, Fornecedores e Prestadores de Serviços e, em especial aos nossos empregados pela dedicação em mais este ano de realizações.

A Administração

CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ SA - CELPA
DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA
 PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2002 E DE 2001

(Em Milhares de Reais)

	<u>2.002</u>	<u>2.001</u>
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro(prejuízo) líquido do Exercício	(38.593)	18.909
Receita (despesa) que não afetam o Capital Circulante:		
Depreciação e Amortização	51.705	49.766
Despesas financeiras de longo prazo - líquidas	33.081	19.160
Créditos tributários diferidos	(2.470)	8.817
Encargos tributários s/ realiz. Reserva reavaliação	(7.540)	(2.969)
Baixa de Imobilizado	27.795	36.369
Alienação de título e valores mobiliários		90.366
Amortização / baixa variação cambial diferida	13.469	14.296
Provisão p/ contingências e dev. Duvidoso	(9.781)	(2.784)
Recomposição tarifária extraordinária	40.084	(95.729)
Resultado de participação societária	2.274	268
Outros	(174)	101
sub total	<u>109.850</u>	<u>136.570</u>
(Acréscimos) decréscimos nos ativos operacionais financeiros		
Consumidores	15.365	(78.313)
Provisão p/Creditos de Liquidação Duvidosa	(833)	(5.087)
Tributos e contribuições sociais a compensar	3.438	(6.382)
Estoques	(130)	12.453
Serviços em curso	(3.633)	(2.741)
Outros	(12.240)	15.026
Despesas Pagas Antecipadamente	4.156	(41)
sub total	<u>6.123</u>	<u>(65.085)</u>
Acréscimos (decréscimos) nos passivos operacionais financeiros		
Fornecedores	(90.068)	110.764
Folha de Pagamento	152	(224)
Tributos e Contribuições Sociais	43.933	32.114
Encargos de dívidas	(3.167)	5.280
Taxas regulamentares	12.998	3.608
Obrigações estimadas	(2.637)	2.001
Outros	(5.758)	1.560
sub total	<u>(44.547)</u>	<u>155.103</u>
Recursos provenientes das atividades operacionais		
	<u>71.426</u>	<u>226.588</u>
Aplicação no realizavel a longo prazo		
Empresas relacionadas	(94.776)	5.336
Outros	(14.089)	(46.517)
	<u>(108.865)</u>	<u>(41.181)</u>
Aumento do exigível a longo prazo		
Empresas relacionadas	(30.679)	(41.893)
Outros	86.527	46.320
	<u>55.848</u>	<u>4.427</u>

ATIVIDADES DE INVESTIMENTO

Aumento do Investimento	(526)	(10.978)
Adições ao Imobilizado	(67.200)	(89.848)
Adições do diferido		(36.486)
Obrigações vinculadas à concessão	4.962	5.689
Recursos provenientes das aplicações nas atividades de investimento	(62.764)	(131.623)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Empréstimos e financiamentos	25.534	(63.882)
Dividendos	(6.750)	(3.641)
Outros		281
Recursos provenientes das aplicações nas atividades de financiamento	18.784	(67.242)
Redução no caixa e equivalentes de caixa	(25.571)	(9.031)
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	50.878	59.909
Caixa e equivalente de caixa no fim do exercício	25.307	50.878

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	<u>2002</u>	%	<u>2001</u>	%
1. GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
Receitas de vendas de energia elétrica, serviços e outras	964.687		1.036.657	
Provisão p/ créditos de liquidação duvidosa	833		5.087	
Resultado não operacional	<u>2.376</u>		<u>(4.649)</u>	
Total	<u>967.896</u>		<u>1.037.095</u>	
2. (-) Insumos				
Energia elétrica comprada p/ revenda	(275.878)		(340.743)	
Serviços de terceiros	(100.227)		(92.935)	
Materiais	(11.391)		(11.042)	
Matéria-prima e insumo p/ prod. de energia elétrica	(61.490)		(48.274)	
Outros custos operacionais	<u>(14.445)</u>		<u>(37.138)</u>	
Total	<u>(463.431)</u>		<u>(530.132)</u>	
3. VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	<u>504.465</u>		<u>506.963</u>	
4. RETENÇÕES				
Quotas de reintegrações (Depreciação e amortização)	(51.631)		(49.766)	
5. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO GERADO	<u>452.834</u>		<u>457.197</u>	
6. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA				
Resultado de equivalência patrimonial	(2.274)		(268)	
Receitas financeiras	<u>83.780</u>		<u>42.494</u>	
Total	<u>81.506</u>		<u>42.226</u>	
7. VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR (5+6)	<u>534.340</u>	<u>100,0</u>	<u>499.423</u>	<u>100,0</u>
8. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
<u>Do trabalho</u>				
Remunerações	56.311	10,5	67.494	13,5
Encargos Sociais (exceto INSS)	<u>5.437</u>	<u>1,0</u>	<u>11.357</u>	<u>2,3</u>
Total	<u>61.748</u>	11,5	<u>78.851</u>	15,8
<u>Do Governo</u>				
INSS (sobre folha de pagamento)	11.668	2,2	12.192	2,4
ICMS	205.003	38,4	174.669	35,0
I.de renda, contrib.social, pis e cofins	34.661	6,5	50.860	10,2
RGR (quota p/ reserva global de reversão)	15.340	2,9	14.177	2,8
Outros encargos	<u>18.453</u>	<u>3,4</u>	<u>3.188</u>	<u>0,6</u>
Total do governo	<u>285.125</u>	53,4	<u>255.086</u>	51,0
<u>Do capital de terceiros</u>				
Encargos de dívidas e variações monetárias	141.567	26,5	73.788	14,8
Aluguéis e arrendamentos	10.397	1,9	7.889	1,6
Outras despesas financeiras	<u>74.096</u>	<u>13,9</u>	<u>64.900</u>	<u>13,0</u>
Total	<u>226.060</u>	42,3	<u>146.577</u>	29,3
<u>Do capital próprio</u>				
Dividendos		0,0	8.163	1,6
Lucros Retidos		0,0	10.746	2,2
Prejuízo do Exercício	<u>(38.593)</u>	<u>(7,2)</u>		
Total	<u>(38.593)</u>	<u>(7,2)</u>	<u>18.909</u>	3,8
TOTAL	<u>534.340</u>	<u>100,1</u>	<u>499.423</u>	<u>100,0</u>